CONTRATO PARA A GESTÃO DA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL DE BASE COMUNITÁRIA (DLBC) DO GRUPO DE AÇÃO LOCAL (GAL) GAL RURAL – DOLMEN - COOPERATIVA DE FORMAÇÃO,EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO BAIXO TAMEGA CRL

Considerando que:

i. Os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) constituem uma contribuição fundamental para a recuperação económica e estrutural do país, consagrada no Acordo de Parceria que Portugal assinou com a Comissão Europeia, onde foram adotados os princípios de programação da «Estratégia Europa 2020» e políticas de desenvolvimento económico, social, ambiental e territorial.

ii. A aplicação dos FEEI em Portugal está subordinada às prioridades de promoção da competitividade e internacionalização da economia, de formação de capital humano, de promoção da coesão social e territorial, da reforma do Estado, no quadro do desenvolvimento sustentável e das exigências do processo de consolidação orçamental.

iii. As Estratégias Territoriais previstas no Acordo de Parceria configuram um contributo muito relevante para o reforço da dimensão territorial da Estratégia Europa 2020.

iv. Em concreto, o Acordo de Parceria propõe, para o período 2014-2020, potenciar a experiência de ciclos de programação anteriores na promoção de abordagens integradas de cariz *bottom-up*, promovidas pelas comunidades locais, com especial destaque para a abordagem LEADER, através da mobilização do instrumento regulamentar Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC).

v. Ainda segundo o Acordo de Parceria, o instrumento DLBC pretende dar resposta aos elevados níveis de desemprego e aos crescentes índices de pobreza, através da dinamização económica local, da revitalização dos mercados locais e da sua articulação com territórios mais amplos e, em geral, da diversificação das economias locais, do

estímulo à inovação social e à busca de novas respostas a problemas de pobreza e de exclusão social em territórios desfavorecidos em contexto urbano e em territórios rurais ou costeiros economicamente fragilizados ou de baixa densidade populacional.

vi. O instrumento DLBC, nos termos definidos no artigo 66.º do DL n.º 137/ 2014, de 12 de setembro, corresponde à materialização das Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL) que se pretendem integradas e multissetoriais para a promoção do desenvolvimento local e que se destina a responder aos objetivos e necessidades de um determinado território, sendo concebidas e executadas pelas comunidades locais organizadas em Grupos de Ação Local (GAL).

vii. O processo de lançamento do instrumento DLBC envolveu duas fases, organizadas através de concurso e convite conjuntos das Autoridades de Gestão envolvidas no financiamento deste instrumento, que integraram a respetiva Comissão de Avaliação: a primeira fase, através de concurso, relativa à pré-qualificação das parcerias e a segunda fase, através de convite, relativa à seleção das Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL) e reconhecimento dos Grupos de Ação Local (GAL).

viii. A seleção da Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL) e o reconhecimento do GAL Rural – DOLMEN – Cooperativa de Formação, Educação e Desenvolvimento do Baixo Tâmega CRL foi concluído em 23 de novembro de 2015, por decisão da Comissão de Avaliação constituída para o efeito.

é celebrado o presente contrato entre:

Autoridade de Gestão do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2014-2020, neste ato representada por Patrícia Cotrim que outorga na qualidade de Gestora da Autoridade de Gestão, nos termos previstos no Despacho n.º 13279-F/2014, de 31 de outubro;

Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Norte 2014-2020, neste ato representada pelo Presidente da Comissão Diretiva, Emídio Gomes, nos termos previstos no n.º 2 do mapa VI da Resolução do Conselho de Ministros n.º 73-B/2014, de 11 de dezembro, publicada no Diário da república, 1.ª Série, n.º 242, de 16 de dezembro de 2014 e no Despacho

n.º 10583/2013, de 14 de agosto, da Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território;

E o,

Grupo de Ação Local Rural – GAL DOLMEN (DOLMEN) neste ato representado pela Cooperativa de Formação, Educação e Desenvolvimento do Baixo Tâmega CRL (DOLMEN), que outorga na qualidade de Entidade Gestora, pessoa coletiva nº 502973544, com sede na Alameda Dr. Miranda da Rocha, nº 266, 4630-487 Marco de Canaveses, neste ato representada por Telmo Manuel Medeiros Pinto, na qualidade de Presidente da Direção e por Manuel Pereira Cardoso, na qualidade de Vice-Presidente da Direção;

O presente contrato rege-se pelo disposto nas cláusulas seguintes e nos documentos anexos, que dele fazem parte integrante:

Cláusula 1ª

Objeto

O contrato para a gestão da estratégia de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC), adiante designado de contrato, é celebrado ao abrigo do artigo 66º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, e define, em complemento à aplicação da regulamentação comunitária e nacional aplicável, os termos e condições em que as Autoridades de Gestão dos Programas financiadores apoiam a Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL), nos termos do Anexo 1, acordada com a DOLMEN, e os compromissos desta entidade em termos de investimentos, metas e resultados a alcançar no território constante do Anexo 2.

Cláusula 2ª

Dotação financeira

1. Para o financiamento da Estratégia de Desenvolvimento Local, as Autoridades de Gestão dos Programas financiadores asseguram para o período de vigência dos Programas um apoio global de Fundo que totaliza 5.727.631,55 euros.

2. A Autoridade de Gestão do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2014-2020 assegura um apoio de 3.155.231,55 euros do FEADER, para comparticipar os projetos enquadrados nas Medidas previstas no Anexo 3.

3. A Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Norte 2014-2020 assegura um apoio de 964.650,00 euros FEDER e de 1.607.750,00 euros FSE, que totalizam um montante de 2.572.400,00 euros para comparticipar os projetos enquadrados nas tipologias de ação das prioridades de investimento previstas no Anexo 3.

Cláusula 3ª

Metas, resultados, acompanhamento e avaliação

1. A DOLMEN compromete-se a contribuir para o cumprimento das metas dos Programas financiadores através das metas dos indicadores de realização e dos indicadores de resultado associados às medidas e tipologias de operações/prioridades de investimento contratualizadas, previstas no Anexo 3.

2. Nos termos do n.º 9 do artigo 66.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, o contrato é objeto de avaliação intercalar em 2019, podendo ser alvo de revisão, em sentido decrescente ou crescente, ou rescisão em função do grau de concretização das metas previstas para 2018 nos indicadores de realização e resultado, nos termos a definir na operacionalização do quadro de desempenho do Portugal 2020 e dos seus programas.

3. A DOLMEN, conforme estabelecido na regulamentação comunitária e nacional aplicável, compromete-se a responder atempadamente a todas as solicitações das entidades europeias, nacionais e dos Programas financiadores, nomeadamente relacionadas com os processos de acompanhamento, monitorização e avaliação.

4. De forma autónoma à avaliação referida no número 2 da presente cláusula, a DOLMEN compromete-se a realizar uma avaliação intercalar de operacionalização e dos primeiros resultados da implementação do contrato, a concluir até ao final do primeiro trimestre de 2019, com referência a 31 de dezembro de 2018.

Cláusula 4ª

Vigência

O presente contrato produz efeitos na data da sua assinatura, sendo válido enquanto vigorarem os Programas financiadores e não for denunciado por algum dos subscritores, nos termos acordados na adenda ao contrato ou no protocolo de articulação funcional referidos na cláusula seguinte.

Cláusula 5ª

Elementos integrantes do contrato

1. As competências delegadas, bem como os restantes direitos e deveres da DOLMEN, serão objeto de adenda ao presente contrato ou de protocolo de articulação funcional, a outorgar com cada uma das Autoridades de Gestão dos Programas financiadores.
2. No caso da delegação de competências enquanto organismo intermédio pela Autoridade de Gestão do Norte 2020, ocorrerá na sequência da homologação prevista na alínea g) do n.º 2 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro.
3. Fazem ainda parte integrante do contrato os seguintes anexos:

Anexo 1: EDL aprovada pela Comissão de Avaliação.

Anexo 2: Território de intervenção.

Anexo 3: Quadro de financiamento por Fundo e Prioridade de Investimento/ Medida e Quantificação das metas dos indicadores de desempenho do contrato (realização e resultado) para 2018 e 2023

Ponte de Sor, em 27 de janeiro de 2016

Feito em triplicado, o presente Contrato é assinado pelas partes valendo estes exemplares como originais.

A Gestora do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2014-2020

Patrícia Cotrim

O Presidente da Comissão Diretiva do Programa Operacional Regional do Norte 2014-2020

Emídio Gomes

O Grupo de Ação Local Rural - GAL DOLMEN - Cooperativa de Formação, Educação e Desenvolvimento do Baixo Tâmega CRL

Presidente da Direção

Telmo Manuel Medeiros Pinto

Vice-Presidente da Direção

Manuel Pereira Cardoso

ANEXO 1

PORTUGAL 2020

AD&C Agência para o Desenvolvimento e Coesão I.P.

Comprovativo da Candidatura DLBC 2ªFase DLBC-99-2015-02-081

Caracterização do Promotor

Aviso

Código

DLBC-99-2015-02

Designação

DLBC 2ª fase – Período para submissão dos ajustamentos às candidaturas, conforme decisão da Comissão de Avaliação dos DLBC de 27/11/2015

Programa Operacional

Desenvolvimento Local de Base Comunitária

Eixo Prioritário

Não aplicável

Objetivo Temático

Não aplicável

Prioridade de Investimento

Não aplicável

Tipologia de intervenção

Não aplicável

Plano Estratégico

Identificação do Promotor

NIF

502973544

Nome ou Designação Social

DOLMEN-COOPERATIVA DE FORMAÇÃO,EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO BAIXO TAMEGA CRL

Morada (Sede Social)

Alameda Dr. Miranda da Rocha, nº 266

Código Postal

4630-487

Localidade

MARCO DE CANAVESES

NUT III

Tâmega e Sousa

NUT II

Norte

Telefone

255521004

E-mail

dolmen@sapo.pt

Telefax

URL

http://www.dolmen.co.pt

Tipologia de Beneficiário

Cooperativa (inclui União de Cooperativas)

Identificação do Responsável Técnico da Operação

Nome Responsável

Telmo Manuel Medeiros Pinto

Cargo Responsável

Presidente da Direção

Serviço/Departamento

Direção

Telefone Responsável

255521004

Telemóvel Responsável

962048789

Email Responsável

telmo-dolmen@sapo.pt

Email Alternativo

dolmen@sapo.pt

Experiência da Parceria

Experiência da parceria na implementação de estratégias de desenvolvimento
[auto-avaliação da capacidade de implementação da contratualização de fundos em quandros anteriores, incluíndo os resultados alcançados]

O Grupo de Ação Local (GAL) para implementar e dinamizar esta intervenção local de base comunitária, será representado pela Dolmen, entidade de reconhecido mérito, com provas dadas na gestão de fundos, no âmbito dos Quadros Comunitários de Apoio, desde 1994, onde se destacam os seguintes programas e iniciativas:
1994-1999 – Programa de Recuperação dos Centros Rurais, enquadrado no âmbito do PPDR com investimento aplicado de 1 808 499,27€;
1997-1999 – Programa de Iniciativa Comunitária LEADER, com investimento total de 3 665 615,87€;
2001-2005 – AGRIS Sub-Ação 7.1 –, "Marão Ocidental" e "Serra da Aboboreira";
2001-2006 – Programa de Iniciativa Comunitária LEADER+ com investimento total de 4 662 716,76€;
2007-2013 – Programa de Desenvolvimento Rural – SP 3 | Abordagem LEADER com dotação orçamental para esta região de 18 385 921,00€.
No total da zona de intervenção, o Subprograma 3 do PRODER gerido localmente pela Dolmen aprovou 122 projetos com um investimento total de 14.977.958€, criando um total de 253 postos de trabalho (taxa de compromisso 106% e taxa de execução 101%, reportado a 31 de março - dados oficiais).
2007-2014 – EEC PROVERE envolvendo cerca de 27 milhões de euros entre 9 projetos âncora e 33 complementares.
Plano de Aquisição de Competências e Animação – PACA Medida 3.5.2 SP3 PRODER com investimento no valor de 810 472.15€.
Para além da promoção e do desenvolvimento local, a Dolmen tem estado envolvida em projetos de cooperação, realizados no âmbito da Ação 3.4.1 – Cooperação Interterritorial da Medida 3.4 – Cooperação LEADER para o desenvolvimento, dos quais se destacam:
"PROVE – Promover e Vender" - Projeto de cooperação Interterritorial que tem como objetivo aproximar o produtor do consumidor, encurtando a cadeia de comercialização, abrangendo 10 produtores e 70 consumidores.
"Aldeias de Portugal" – Projeto para a promoção e valorização de aldeias classificadas com elevado valor histórico, patrimonial, cultural e ambiental. No território estão classificadas as aldeias da Ovelhinha, Lugar da Rua, Porto Manso, Almofrela, Canaveses, Tongobriga e Boassas.
"7 Maravilhas da Gastronomia" - Projeto de carácter Interterritorial, para promover e divulgar o património gastronómico nacional, os produtos da agricultura e da pesca usados na sua confeção, assim como as ligações aos territórios de origem.
A estratégia de cooperação desenvolvida pela DOLMEN no âmbito da parceria da abordagem LEADER, o reforço das parcerias nacionais e transnacionais, bem como a intensificação dos contactos entre várias entidades nacionais e internacionais, conduziram a vários resultados bastante positivos para o território, conduzindo ao reforço da capacidade de desenvolvimento dos agentes locais, à criação e manutenção de emprego e riqueza.
Enquanto membro da parceria liderada pela Minha Terra – Federação Portuguesa de Associações de Desenvolvimento Local, a Dolmen foi reconhecida para atos de gestão da "Bolsa de Terras", de acordo com despacho n.º 12109/2013, de 23 de setembro, nos concelhos de Marco de Canaveses, Amarante, Baião, Cinfães, Penafiel e Resende.
No âmbito da promoção da empregabilidade a Dolmen é membro do Comité de Pilotagem da Agenda Regional para a Empregabilidade do Tâmega e Sousa integrando a fileira-chave da Agricultura e Desenvolvimento Rural, a par da ADERSOUSA e da Direção Regional da Agricultura (DRAPN).
Enquanto entidade formadora acreditada desde 1999 e entidade formadora Certificada desde Dezembro de 2013, a Dolmen tem no seu historial o desenvolvimento de cursos no âmbito do PIC Emprego Eixo Integra/ Integrar, Inserção-Emprego, Aprendizagem, POEFDS.
Ainda no domínio da formação, a Dolmen foi premiada pela ANEFA, no âmbito do Concurso Saber +, pelo trabalho desenvolvido no ensino recorrente.
A preocupação de intervir na qualificação é indissociável do aspeto social, daí que a Dolmen tenha no seu historial o funcionamento de uma UNIVA – Unidade de Inserção na Vida Ativa sendo ainda parceira da Rede Social dos concelhos de Amarante, Baião, Marco de Canaveses e mais recentemente Resende e Membro dos Núcleos Locais de Inserção dos mesmos.
Com mais 20 anos de trabalho desenvolvido em prol da dinamização das zonas rurais, a Dolmen é reconhecida como um parceiro relevante, intervindo de uma forma transversal e complementar, designadamente no apoio à diversificação das atividades nas explorações agrícolas, à criação e desenvolvimento de microempresas, à dinamização de atividades turísticas e de lazer, na preservação e valorização do património rural, no apoio aos serviços de proximidade, na animação e promoção do território, sendo uma entidade com crescente notoriedade e reconhecimento, sendo auscultada e solicitada para intervir em diversos fóruns locais, sub regionais e regionais.

Entidades

NIF	Designação	Data da Constituição	Data Início da Atividade	CAE	Tipo
116275618	Manuel Pereira Cardoso		26/04/1994	72200	Pessoas Singulares
136309283	Rolando António França Pimenta		12/02/2015	70220	Pessoas Singulares
159162173	ALEXANDRE JOAQUIM PINTO MORAIS		19/12/2014	01491	Pessoas Singulares
500746761	Santa Casa da Misericordia do Marco de Canaveses	21/02/1981	01/01/1986	86100	Santa Casa da Misericórdia
500901155	Associação Empresarial de Marco de Canaveses	01/05/1945	01/01/2002	94110	Associações e fundações privadas
501064494	ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE AMARANTE	02/08/1975	01/01/1997	94110	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
501071954	COOPERMARCO - Cooperativa Agrícola de Marco de Canaveses, CRL	01/11/1978	01/11/1978	47192	Cooperativas
501073655	MUNICIPIO DE MARCO DE CANAVESES	31/03/1852	31/03/1852	84113	Autarquias Locais
501073663	MUNICÍPIO DE PENAFIEL	01/01/1986	01/01/1986	84113	Associações Públicas
501082247	SANTA CASA DA MISERICORDIA DE BAIÃO	22/02/1933	01/01/1986	87902	Misericórdia (inclui União das Misericórdias)
501090606	Cooperativa Agrícola de Baião	08/07/1976	03/07/1979	47784	Cooperativas
501102752	MUNICIPIO DE AMARANTE	01/01/1986	01/01/1986	84113	Administração Local
501111980	ASSOCIAÇÃO DE BENEFICÊNCIA DE VILA MEÃ	03/01/1953	03/01/1953	88990	Associações e fundações privadas
501220615	Maranhão - Sociedade Construções, Lda	13/07/1981	13/07/1981	55202	Empresas
501345361	UNIVERSIDADE DE TRAS OS MONTES E ALTO DOURO	14/09/1979	14/09/1979	85420	Estabelecimento de Ensino Superior Público - Instituições de Ensino Universitário
501413197	UNIVERSIDADE DO PORTO	19/04/1911	19/04/1911	85420	Fundações Públicas
501420371	Centro Social e Cultural de Abragão	20/02/1984	20/02/1984	88990	Associações e fundações privadas

501471189	CERCIMARANTE - COOPERATIVA PARA A EDUCAÇÃO E REABILITAÇÃO DE CIDADÃOS COM INCAPACIDADES, C.R.L.	23/05/1980	01/01/1986	88102	Cooperativa (inclui União de Cooperativas)
501538208	SANTA CASA DA MISERICORDIA DE CINFÃES	28/08/1951	16/05/2002	87902	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
501652647	ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE BAIÃO	19/04/1982	19/04/1982	94110	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
501683984	Clube Náutico de Caldas de Aregos	10/07/1981	10/07/1981	93192	Associações e fundações privadas
501748709	ANCRA-ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS CRIADORES DA RAÇA AROUQUESA	30/09/1986	08/01/1993	94995	Outras associações não enquadráveis nas opções anteriores
501785361	Infantário e Creche "O Miúdo"	08/09/1980	08/09/1980	88910	Associações e fundações privadas
501927131	Monteiro & Borges, Lda	22/01/1988	02/01/1988	56101	Empresas
502523875	Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Castelões e Recezinhos	02/01/2007	02/01/2007	94910	Associações e fundações privadas
502760028	CERMOUROS-CEREJAS DE SÃO MARTINHO DE MOUROS LDA	12/05/1992	12/05/1992	46311	Empresas
502922095	Associação Amigos de Tongobriga	27/01/1993	22/05/2014	90010	Associações e fundações privadas
502973544	DOLMEN-COOPERATIVA DE FORMAÇÃO,EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO BAIXO TAMEGA CRL	16/04/1993	17/04/1993	94995	Cooperativa (inclui União de Cooperativas)
502975156	ACRIBAIMAR - Associação de Criadores de Gado Baião/Marco	01/01/1991	01/01/1991	75000	Associações e fundações privadas
503168157	Associação Humanitária Bombeiros Voluntários de Sta. Marinha do Zêzere	20/10/1988	20/10/1988	84250	Associações e fundações privadas

503606251	INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO	29/11/1995	29/11/1995	85420	Estabelecimento de Ensino Superior Público - Instituições de Ensino Politécnico
503980811	ASSOCIAÇÃO FLORESTAL DE ENTRE DOURO E TÂMEGA	13/09/1996	04/10/1996	94992	Agências e associações de desenvolvimento regional e local
504171240	Associação de Solidariedade Social de Souselo	16/08/1991	08/07/2000	87301	Associações e fundações privadas
504401050	Associação Juvenil de Nespereira	21/04/1999	21/04/1999	94991	Associações e fundações privadas
504475070	Quinta do Ferro - Soc. Agro Turismo do Ferro, Unipessoal, Lda	15/01/1999	27/01/1999	11021	Empresas
504615858	QUINTA DE TUBERAIS – ENSINO PROFISSIONAL DE CINFÃES, E.M.	24/08/1999	24/08/1999	85591	Outras Entidades Públicas
504752111	ABOMARÃO - Associação de Freguesias da Aboboreira e Marão	10/04/2000	30/10/2000	94995	Outras Entidades Públicas
504759280	O "Bem-Estar" Associação de Solidariedade Social de Gondar	10/04/2000	10/04/2000	87301	Associações e fundações privadas
504805789	Associação de Desenvolvimento Regional "Os Caminhos de Jacinto"	13/01/2001	13/01/2001	94991	Associações e fundações privadas
506349381	MUNICÍPIO DE RESENDE		01/01/1986	84113	Autarquias Locais
506693651	MUNICÍPIO DE CINFÃES	19/11/1855	01/01/1900	84113	Institutos Públicos
506811875	FREGUESIA DE NESPEREIRA	01/06/1974	01/06/1974	84113	Administração Local
506854299	MUNICÍPIO DE BAIÃO		20/01/2004	84113	Autarquias Locais
507073630	FREGUESIA DE SOALHÃES	01/01/1986	01/01/1986	84113	Administração Local
507214790	FREGUESIA DE SOUSELO	02/01/2002	02/01/2002	84113	Administração Local
507323971	FREGUESIA DE RIO DE MOINHOS	20/06/1913	20/06/1913	84113	Administração Local
507733240	CONCEPTREND S.A.	04/05/2006	04/05/2006	55202	Empresas
507799658	Salsicharia Amarantina, Lda	11/07/2006	12/07/2006	10130	Empresas

508106354	Jonathan Tooley e Associados, Lda	13/04/2007	20/06/2007	01192	Empresas
508312469	CONVÍVIO DE SABORES, UNIPESSOAL LDA	11/10/2007	11/10/2007	01210	Empresas
508799546	Associação Alegria de Crescer	18/03/2009	16/01/2009	88101	Associações e fundações privadas
508920450	TAMEGAPRESS - Comunicação e Multimédia, Lda.	17/06/2009	17/06/2009	58140	Empresas
509336108	Associação Viver Canadelo e Serra do Marão	14/03/2010	23/08/2011	93293	Associações e fundações privadas
509635504	ASSOCIAÇÃO MUSICAL OS ANDARILHOS	29/01/2001	29/01/2001	90010	Associação Musical
510047491	CHIKIOSHIRA SAG, LDA	18/01/2012	02/02/2012	46311	Sociedades Comerciais
510442340	Agritaurus - Sociedade Agro Pecuária, Lda	23/12/2012	23/12/2012	1500	Empresas
510833314	FREGUESIA DE MARCO	30/09/2013	17/10/2013	84113	Administração Local
510834400	FREGUESIA DE ANCEDE E RIBADOURO	28/01/2013	28/01/2013	84113	Administração Local
510834442	Freguesia de Anreade e São Romão de Aregos	29/01/2013	29/09/2013	84113	Administração Local
510835236	Freguesia de Bustelo, Carneiro e Carvalho de Rei	29/10/2013	29/10/2015	84113	Administração Local
510835430	FREGUESIA DE CAMPELO E OVIL	28/01/2013	28/01/2013	84113	Administração Local
510836739	FREGUESIA DE FELGUEIRAS E FEIRÃO	30/09/2013	30/09/2013	84113	Administração Local
510839100	FREGUESIA DE REAL, ATAÍDE E OLIVEIRA	23/10/2013	23/10/2013	84113	Administração Local
510897223	LIVING DOURO - ANIMAÇÃO TURÍSTICA, LDA	09/12/2013	03/01/2014	82300	Empresas
600068064	Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Marco de Canaveses	22/05/2000	19/12/1989	85320	Outras Entidades Públicas

Caracterização do DLBC

Identificação da área de intervenção do Pacto

NUTS III

Tâmega e Sousa

Grupo Ação Local

Rural

Localizações

NUTS2	NUTS3	Concelho	Freguesia	Percentagem
Norte	Tâmega e Sousa	Amarante	Ansiães	2,60%
Norte	Tâmega e Sousa	Amarante	Candemil	1,15%
Norte	Tâmega e Sousa	Amarante	Fregim	0,99%
Norte	Tâmega e Sousa	Amarante	Fridão	0,75%
Norte	Tâmega e Sousa	Amarante	Gondar	0,92%
Norte	Tâmega e Sousa	Amarante	Jazente	0,32%
Norte	Tâmega e Sousa	Amarante	Lomba	0,35%
Norte	Tâmega e Sousa	Amarante	Louredo	0,34%
Norte	Tâmega e Sousa	Amarante	Lufrei	0,62%
Norte	Tâmega e Sousa	Amarante	Mancelos	1,16%
Norte	Tâmega e Sousa	Amarante	Padronelo	0,24%
Norte	Tâmega e Sousa	Amarante	Rebordelo	1,50%
Norte	Tâmega e Sousa	Amarante	Salvador do Monte	0,71%
Norte	Tâmega e Sousa	Amarante	Gouveia (São Simão)	1,19%
Norte	Tâmega e Sousa	Amarante	Telões	1,38%
Norte	Tâmega e Sousa	Amarante	Travanca	0,83%
Norte	Tâmega e Sousa	Amarante	Vila Caiz	0,81%
Norte	Tâmega e Sousa	Amarante	Vila Chã do Marão	0,64%
Norte	Tâmega e Sousa	Amarante	União das freguesias de Aboadela, Sanche e Várzea	2,91%
Norte	Tâmega e Sousa	Amarante	União das freguesias de Bustelo, Carneiro e Carvalho de Rei	2,24%
Norte	Tâmega e Sousa	Amarante	União das freguesias de Figueiró (Santiago e Santa Cristina)	0,78%
Norte	Tâmega e Sousa	Amarante	União das freguesias de Freixo de Cima e de Baixo	0,84%
Norte	Tâmega e Sousa	Amarante	União das freguesias de Olo e Canadelo	1,86%
Norte	Tâmega e Sousa	Amarante	União das freguesias de Real, Ataíde e Oliveira	1,05%

Norte	Tâmega e Sousa	Amarante	União das freguesias de Vila Garcia, Aboim e Chapa	1,15%
Norte	Tâmega e Sousa	Marco de Canaveses	Banho e Carvalhosa	0,46%
Norte	Tâmega e Sousa	Marco de Canaveses	Constance	0,34%
Norte	Tâmega e Sousa	Marco de Canaveses	Soalhães	2,24%
Norte	Tâmega e Sousa	Marco de Canaveses	Sobretâmega	0,39%
Norte	Tâmega e Sousa	Marco de Canaveses	Tabuado	0,83%
Norte	Tâmega e Sousa	Marco de Canaveses	Vila Boa do Bispo	1,12%
Norte	Tâmega e Sousa	Marco de Canaveses	Alpendorada, Várzea e Torrão	1,48%
Norte	Tâmega e Sousa	Marco de Canaveses	Avessadas e Rosém	1,06%
Norte	Tâmega e Sousa	Marco de Canaveses	Bem Viver	1,04%
Norte	Tâmega e Sousa	Marco de Canaveses	Livração	0,45%
Norte	Tâmega e Sousa	Marco de Canaveses	Paredes de Viadores e Manhuncelos	1,27%
Norte	Tâmega e Sousa	Marco de Canaveses	Penhalonga e Paços de Gaiolo	1,92%
Norte	Tâmega e Sousa	Marco de Canaveses	Sande e São Lourenço	1,19%
Norte	Tâmega e Sousa	Marco de Canaveses	Várzea, Aliviada e Folhada	2,21%
Norte	Tâmega e Sousa	Marco de Canaveses	Vila Boa de Quires e Maureles	1,89%
Norte	Tâmega e Sousa	Resende		11,73%
Norte	Tâmega e Sousa	Cinfães		22,86%
Norte	Tâmega e Sousa	Baião		16,68%
Norte	Tâmega e Sousa	Penafiel	Abragão	0,91%
Norte	Tâmega e Sousa	Penafiel	Boelhe	0,49%
Norte	Tâmega e Sousa	Penafiel	Perozelo	0,37%
Norte	Tâmega e Sousa	Penafiel	Rio de Moinhos	0,72%
Norte	Tâmega e Sousa	Penafiel	Luzim e Vila Cova	1,02%

Síntese da análise e do diagnóstico da situação territorial

Situação atual do território

1. O DOURO VERDE NO CONTEXTO REGIONAL E SUB-REGIONAL

A primeira dimensão da análise de contexto centra-se na evolução recente do território Douro Verde, no

quadro das dinâmicas da CIM Tâmega e Sousa e dos municípios na envolvência, tendo por base um conjunto de doze indicadores considerados essenciais num diagnóstico de base territorial.

POPULAÇÃO

A evolução recente é marcada por diminuição de residentes, seja na Região Norte e na CIM Tâmega e Sousa, seja no território Douro Verde onde é mais acentuada.

A taxa de crescimento migratório é negativa na região Norte, na CIM e no Douro Verde, onde todos os municípios registam saldos negativos.

A taxa de natalidade tem vindo a diminuir progressivamente, verificando-se que os valores do Douro Verde são relativamente próximos dos da CIM, ambos inferiores à média regional.

Naturalmente, o índice de envelhecimento apresenta uma evolução negativa, com aumento dos valores registados na região e na sub-região.

ECONOMIA

A dinâmica económica do Norte de Portugal é marcada por uma contínua redução do número de empresas. Esta tendência de perda é acompanhada pela CIM e pelo Douro Verde. Resende e Cinfães são os únicos a registar uma evolução positiva nos últimos anos.

A evolução da taxa de sobrevivência das empresas evidencia que o Douro Verde tem os valores mais baixos e que estes se têm vindo a agravar.

MERCADO DE TRABALHO

A situação económica ajuda à compreensão do mercado do trabalho, marcado por valores elevados da taxa de desemprego, pela dificuldade de criação ou obtenção do emprego e pelo crescimento de situações de dependência de subsídios e de pressão acrescida sobre a segurança social.

No caso do Douro Verde, entre dezembro de 2009 e dezembro de 2014, o número de desempregados registou um crescimento 2 vezes superior aos crescimentos registados na CIM e 3 vezes superior ao verificado no Norte.

Às questões do desemprego juntam-se outras associadas ao apoio social, à dependência de subsídios e ao crescimento do número de situações de pobreza, num quadro marcado por especial fragilidade. O total de beneficiários do rendimento social de inserção é exceção, uma vez que tem vindo a diminuir, todavia apresenta ainda valores muito elevados comparativamente à CIM ou à Região Norte. Em contrapartida, a percentagem de pensionistas da SS tem vindo a aumentar, ainda que a média do Douro Verde seja ligeiramente inferior à da Região Norte.

2. QUALIDADE DE VIDA

A abordagem às questões da qualidade de vida pressupõe a consideração da subjetividade que está associada ao conceito e obriga a recorrer a um leque alargado de temas e indicadores. Consideram-se aqui os dados do Observatório do Tâmega e Sousa, tendo-se optado pelos resultados do Better-life Index (inspirado no sistema adotado pela OCDE) e do Sistema de Monitorização e Avaliação do Tâmega e Sousa.

No Better-life Index Tâmega e Sousa, os resultados globais obtidos através do somatório dos valores de cada município nos onze domínios temáticos (habitação, salário, comunidade, educação, ambiente, envolvimento cívico, saúde, satisfação com a vida, segurança e equilíbrio trabalho-vida), apresentam grandes assimetrias, no contexto da CIM e do Douro Verde. Aparecem Amarante, Felgueiras e Penafiel com valores muito interessantes na generalidade dos domínios temáticos. No extremo oposto, o destaque vai para Cinfães e Baião que apresentam totais muito inferiores a todos os outros e alcançam os resultados mais baixos em seis dos onze domínios temáticos. Baião apresenta valores mínimos para o envolvimento cívico, a satisfação com a vida e o equilíbrio trabalho-vida, ao passo que Cinfães regista os valores menores da CIM para salário, comunidade e educação.

O Sistema de Monitorização e Avaliação do Tâmega e Sousa, construído pelos agentes locais, vem reforçar a convicção de estarmos perante um território marcadamente heterogéneo, com Amarante e Penafiel a apresentar os valores mais positivos com diferença considerável para Cinfães, Baião e Resende que apresentam totais muito inferiores e curiosamente quando se juntam a Marco de Canaveses, no conjunto reúnem-se os resultados mais baixos em todos os domínios temáticos.

3. O DOURO VERDE EM NÚMEROS

Para completar a caracterização, a consulta de dados complementares e o seu tratamento para o conjunto dos concelhos de Amarante [exceto freguesia do centro urbano, União das freguesias de Amarante (São Gonçalo), Madalena, Cepelos e Gatão)], Baião, Cinfães, Marco de Canaveses [exceto freguesia do centro urbano (Marco)] e Resende, e para as freguesias de Abragão, Boelhe, Luzim e Vila Cova, Peroselo, Rio de Moinhos (em Penafiel) permitem verificar:

- A tendência de diminuição da população;
- A existência de uma percentagem considerável de jovens;
- A quebra da natalidade e existência de um saldo natural negativo;
- As reduzidas qualificações da população empregada e residente no território;

- A elevada percentagem da população com pelo menos uma deficiência;
- A importância do emprego nos setores secundário e terciário, em contraste com a fraca expressão do setor primário, marcado pelo domínio de explorações geridas, quase na totalidade, por produtores singulares;
- A importância do trabalho por conta de outrem;
- O peso do automóvel nas deslocações pendulares;
- O elevado desemprego, cujos valores se encontram bem acima da média nacional e regional.

4. DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO

No território Douro Verde os principais problemas identificados, no quadro de um processo participado que envolveu os principais agentes de desenvolvimento local, foram as questões associadas ao desemprego, à fragilidade do tecido económico local, aos défices de formação e qualificação da população ativa, ao envelhecimento da população, ao crescimento da pobreza e das situações de exclusão social, ao despovoamento e ainda a défices de cobertura social, o que foi relacionado com as más condições de acessibilidades e deficiência dos transportes.

As áreas de intervenção apontadas como prioritárias estão associadas à criação de emprego e atração de investimento, dinamização e valorização do capital natural e cultural, reforço da qualificação efetiva do capital humano e desenvolvimento de iniciativas promotoras da coesão e inclusão social.

As reuniões de trabalho realizadas nos 6 municípios do Douro Verde permitiram identificar ideias chave para a estruturação de um diagnóstico estratégico capaz de fornecer orientações à construção de uma proposta, a saber:

- A cooperação intermunicipal, em articulação com os agentes locais, deve ser reforçada;
- As associações de desenvolvimento local devem desempenhar um papel ainda mais importante, no quadro de um modelo de grande proximidade à gestão de oportunidades, apostando nas pessoas e nas ações locais;
- É da maior importância a visão estratégica e o empreendedorismo dos atores e empresas locais, no desenvolvimento global do território;
- O envolvimento é fundamental no desenvolvimento, o qual deve começar nas pessoas e instituições em geral e em especial nas que constituem agentes locais de maior relevância;
- A identidade territorial é um fator essencial, devendo a diferenciação ser valorizada na promoção do desenvolvimento económico e melhoria das condições de vida dos habitantes;
- Os setores agrário, pecuário e florestal têm uma grande importância, em articulações complexas, os quais são fundamentais no desenvolvimento rural;
- A ocupação do território, no seu uso ativo e rentável, permite combater o esvaziamento demográfico e desperdício de recursos;
- É necessário e possível inverter a imagem negativa (perda de prestígio e valor) que se abateu sobre o mundo rural, designadamente através da aposta na governança e na criação de estratégias de desenvolvimento integradas (centradas na formação da população e na criação de emprego), em articulação com o horizonte 2020 e com princípios de crescimento inclusivo e flexível;
- O peso social da agricultura deve ser valorizado, o que implica a necessidade de dinamizar projetos integrados, podendo considerar alterações no perfil agrícola;
- A diversificação do mundo rural deve estar associada a uma aposta numa maior capacidade de articulação entre a produção e a distribuição, numa lógica de produção de riqueza para estes territórios e para a sua população;
- A necessidade de encarar os problemas de desorganização produtiva e falta de escala para a comercialização é um desafio de importância acrescida, tendo em consideração o interesse de uma população jovem e qualificada;
- A certificação e distribuição dos produtos locais são importantes, considerando em especial a criação de escala/dimensão (com agrupamento de produtores) e a articulação da distribuição para grandes mercados com os circuitos curtos de comercialização para mercados de proximidade;
- A aposta na valorização dos recursos endógenos é para manter, associando-se à criação de emprego e valor com repercussões no território;
- É necessário desenvolver estratégias que respondam a importantes défices de formação e qualificação do tecido económico local, designadamente no âmbito do turismo e restauração;
- A aposta no turismo é essencial (e no trabalho em rede entre os diferentes operadores) devendo associar-se à exploração de elementos diferenciadores, como os rios (Douro, Tâmega, Paiva, Bestança, …) e as serras (Aboboreira, Marão, Montemuro, …);
- A qualidade ambiental, vista designadamente do ponto de vista do desenvolvimento, é importante, uma vez que o património natural é um dos elementos mais valiosos do Douro Verde e porque é essencial preservar e valorizar as paisagens humanizadas (ameaçadas entre outros fatores pelo abandono agrícola), articulando valores sociais. ambientais e económicos:

- A reabilitação de aldeias, favorecendo a revitalização e sustentabilidade de aglomerados históricos e a qualidade de vida dos residentes, é importante não apenas para os residentes, como para a região e o país, garantindo a ocupação e uso do território e a preservação de valores sociais, económicos, culturais e paisagísticos;
- Os espaços de proximidade, os equipamentos e o espaço público, são fulcrais para a qualidade de vida, pelo que o território tem de ser pensado primeiro para residentes e, por isso, depois, agradar aos visitantes;
- A vantagem de ligar rural e urbano, aproveitando um povoamento de encontro entre média densidade e baixa densidade, bem como a relação de proximidade entre cidades, vilas e aldeias.

Análise SWOT

Principais Oportunidades

- Potencial económico dos setores florestal, agrário e pecuário;
- Crescente reconhecimento da marca Douro Verde como elemento identitário do território, da economia e da população;
- Aumento da procura turística no âmbito do turismo urbano e de natureza, gastronomia e vinhos;
- Crescente valorização dos produtos com marca territorial, designadamente os que estão associados ao Douro;
- Valorização das artes e saberes tradicionais, numa lógica de produção de riqueza e criação de valor;
- Crescente importância de polaridades urbanas como motores do desenvolvimento integrado de base territorial;
- Sinergias territoriais supra e intra concelhias, com histórico de cooperação entre os agentes;
- Potencial do Douro Verde enquanto território de charneira entre o Douro urbano e o Douro vinhateiro, no desenvolvimento e/ou valorização de produtos de base territorial.

Principais Ameaças

- Crescimento da pobreza e isolamento, associados a problemas económicos e demográficos da região e do país;
- Fragmentação territorial e tendência para o aumento das assimetrias regionais e nacionais;
- Crescente despovoamento, associado a lógicas de filtragem populacional, com perda da população ativa, especialmente dos jovens e qualificados por sucção a partir das metrópoles e de outros países;
- Baixos indicadores de criação de valor acrescentado pelo tecido económico local, agravada pelo contexto de globalização dos mercados e intensificação da competitividade;
- Efeito túnel do território, podendo vir a funcionar como espaço de passagem e de ligação entre territórios (desde o Porto a Vila Real e ao Douro Vinhateiro), sem que haja capacidade de fixação de pessoas e de investimento, retenção de valor acrescentado ou dinamização da economia local.

Principais Pontos Fortes

- Diversidade, o que potencia a multifuncionalidade e resiliência;
- Proximidade ao aeroporto, Porto de Leixões e cidades do Porto, Vila Real e Braga;
- Abundância e qualidade de recursos hídricos, eólicos e biomassa;
- Importância crescente da agricultura empresarial com incremento na dimensão, inovação, especialização e produtividade ;
- Vasto património natural e paisagístico, marcado pelos rios Douro,Tâmega, Paiva e Bestança e pelas serras do Marão, Aboboreira e Montemuro;
- Vasto património construído, com destaque para os elementos dolménicos, romanos e românicos;
- Ofertas gastronómicas e vinícolas diversificadas, de interesse e procura crescente e de elevado valor, onde sobressai a casta avesso;
- Povoamento denso para contexto rural, com características favoráveis de articulação entre cidades, vilas e aldeias.

Principais Pontos Fracos

Desafios e Fatores Críticos de Sucesso

- Declínio demográfico, com forte envelhecimento e êxodo, em especial de jovens;
- Reduzida qualificação dos empresários e população ativa, com analfabetismo e dificuldades de requalificação em situação de desemprego;
- Forte dependência do emprego no Estado e instituições do terceiro setor;
- Situações de pobreza frequentes, com dependência de apoios sociais, familiares e da comunidade;
- Industrialização insignificante, com muito débil incorporação de conhecimento;
- Cobertura incompleta de estradas, muito ineficiente no acesso a serviços públicos e à rede de autoestradas em especial a partir de Cinfães e Resende;
- Insuficiências no cooperativismo, associativismo e organização da oferta;
- Agravamento das disparidades sociais e territoriais em termos de rendimentos disponíveis e de poder de compra;
- Reduzidos níveis de utilização das TIC.

No diagnóstico efetuado e na análise SWOT são identificados um conjunto de fragilidades e constrangimentos que se colocam ao Douro Verde. Partindo dessa base, assumem-se cinco desafios principais:
Competitividade e inovação: a promoção do conhecimento, da investigação e da inovação em meio rural deverá ser orientada para o desenvolvimento territorial e para a melhoria da qualidade de vida dos seus residentes. O apoio à qualificação das empresas e do capital humano será essencial para promover o desenvolvimento de novos produtos e serviços, novos circuitos de valor acrescentado, estabilidade laboral e criação de novos empregos.
Coesão e inclusão social: a dinamização da economia e da sociedade deve ser feita de forma integrada, elegendo a criação e manutenção do emprego como elemento central de uma estratégia que pretende inverter processos de exclusão social e pobreza que têm vindo a crescer nos últimos anos. O apoio à qualificação do capital humano e à criação ou desenvolvimento das microempresas desempenhará um papel decisivo.
Sustentabilidade e resiliência: a gestão do território deve ser orientada por princípios de eficiência dos vários ecossistemas e de valorização dos recursos endógenos de maior potencial. A sustentabilidade estará intimamente ligada à resiliência do território e da comunidade, melhorando a capacidade de resposta a contextos de risco e adversidade.
Governança, envolvimento e empoderamento: cooperar para inovar é um dos lemas da estratégia Douro Verde, uma vez que se reconhecem as vantagens da coordenação estratégica e operacional dos diferentes agentes. Considera-se que só através de uma gestão territorial eficiente será possível promover o trabalho em rede na construção, implementação, monitorização e avaliação da estratégia e da sua concretização em objetivos e medidas, desenvolvendo os recursos e competências de cada parceiro, envolvendo-os e capacitando-os no seu papel de agentes de desenvolvimento.
Integração territorial: os territórios não são espaços fechados, devendo considerar o seu relacionamento com outros, desde logo os seus vizinhos, e a diferentes escalas, na articulação com estratégias de desenvolvimento multinível. O sucesso da intervenção – e da resposta aos desafios da competitividade, coesão, sustentabilidade e governança –depende muito da capacidade de promoção e desenvolvimento de relações de interdependência e complementaridade, favorecendo a cooperação territorial e lógicas de mútuo benefício.
A gestão multifundos protagonizada para a gestão do DLBC rural Douro Verde 2020 conduzirá a uma readaptação da Dolmen para esta nova filosofia de gestão da abordagem LEADER, uma vez que no anterior quadro comunitário de apoio – SP3 PRODER – a referida gestão era proveniente apenas de um fundo. A articulação com a parceria e a metodologia de organização da mesma é mais um desafio que a Dolmen encara como oportunidade de se robustecer tecnicamente e de prestar um serviço às populações que deve ser sempre cada vez melhor.
A previsão e futura avaliação dos resultados esperados, tendo em linha de conta a ausência de informação relativa ao montante exato dos fundos disponíveis na ELD do Douro Verde 2020, obrigará a um exercício complexo e difícil, exigindo-se uma atenção ainda maior no acompanhamento, controlo e monotorização dos projetos apoiados pela Dolmen no âmbito do DLBC, envolvendo a sua rede de parceiros e em geral todos os elementos ativos do território.

Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL)

Objetivos e vocação específica do DLBC

A Estratégia de Desenvolvimento Local Douro Verde 2020 - um território inteligente, inclusivo e sustentável tem como enfoque o desenvolvimento territorial do Douro Verde, enquanto espaço intermédio entre o Douro Urbano (do Porto/Gaia) e o Douro Vinhateiro, assente na valorização dos seus recursos naturais e na melhoria das condições de vida das suas populações.
Douro Verde 2020 responde às principais debilidades e necessidades do território, dos seus agentes e da comunidade em geral, alicerçando o seu plano de ação na valorização da identidade, do capital humano e dos principais recursos naturais verdadeiramente diferenciadores e potenciadores de desenvolvimento económico e social.
Referimo-nos às serras (Marão, Aboboreira e Montemuro) e rios (Douro e seus afluentes de maior importância como o Tâmega, o Paiva e o Bestança), que têm sido objeto de estudo no âmbito da EEC PROVERE, gerida pela Dolmen. Desde logo o projeto-piloto Aldeias com Futuro, no âmbito do qual estão a ser estudadas algumas aldeias de cada uma das serras acima identificadas, selecionadas com base em

critérios como a altitude, a população residente e a proximidade à sede do concelho. O objetivo desta operação será a definição de cenários que facilitem a tomada de decisão de uma estratégia, que poderão passar in extremis, pelo abandono ou pelo investimento em áreas com reconhecido potencial (turismo, agro-pecuária, suburbanização, neorrurais), avaliando para tal os custos sociais, ambientais e económicos associados.
Da mesma forma, o projeto Aboboreira Ativa – Economias de Montanha, surge da necessidade de dar continuidade ao trabalho já iniciado, pretendendo-se definir propostas concretas de investimentos seja ao nível da utilização dos espaços, seja ao nível do aproveitamento e rentabilização económica, que o potencial existente poderá traduzir.
Passando das serras aos rios, neste caso o Douro que não tem sido mais que um espaço de passagem, impondo-se pelo seu potencial, que passe a ser também um espaço de paragem e permanência, sendo diversos os apelos. Neste âmbito perspetiva-se a necessidade da criação de uma rede de "Pontos de Amarração" ao longo das duas margens, abrangendo os municípios banhados por este rio (Baião, Cinfães, Marco de Canaveses, Resende e Penafiel) irradiando daqui para Amarante, que pelo seu potencial histórico é um polo de atração turístico, servindo de porta de entrada (e de saída) para o Douro. A estes "Pontos de Amarração" deverá estar associada uma oferta estruturada, assente nos recursos endógenos com potencial efetivo de transação, como seja o turismo termal, o vinho, a cereja, rotas culturais e de natureza, entre outros.

Num contexto de grande experiência e conhecimento do território, considerado o desempenho de coordenação e implementação de várias estratégias e projetos de desenvolvimento territorial, a EDL é estruturada a partir da Dolmen numa abordagem integrada de desenvolvimento territorial, valorizando o cruzamento de diferentes políticas setoriais, escalas e interesses, promovendo o envolvimento de diversos agentes públicos e privados.
Assim, assumem-se como princípios centrais:
Territorialização das políticas, dinamizando abordagens e iniciativas de base local que garantam uma correta aplicação das estratégias de desenvolvimento e a sua apropriação pelos agentes e pela comunidade;
Integração horizontal e vertical, promovendo a criação de sinergias e convergência entre agentes com interesses distintos e diferentes abordagens setoriais, considerando os vários documentos e instrumentos de política pública desenvolvidos e a desenvolver pelas diferentes escalas de governação;
Contratualização e representatividade, promovendo o envolvimento e a participação efetiva dos diferentes agentes territoriais na construção das estratégias, bem como na sua implementação e monitorização;
Capacitação e aprendizagem coletiva, assumindo-se o compromisso de divulgação de informação e de partilha de experiências e boas práticas entre os diferentes parceiros; Transparência e prestação de contas (accountability), promovendo a apropriação, responsabilização e envolvimento dos diferentes parceiros e assegurando uma monitorização permanente de todo o processo;
Governança, assumindo o compromisso de uma gestão eficaz e eficiente de todo o programa, alicerçada na dinamização de redes e de processos de desenvolvimento territorial, em que todos ganham com o envolvimento (organizado) de cada um.
O diagnóstico territorial identifica um conjunto de fragilidades e constrangimentos que se colocam ao Douro Verde, designadamente as questões associadas a um quadro de diminuição populacional e filtragem demográfica e socioeconómica, crescimento do desemprego e da pobreza, fragmentação territorial e reduzida capacidade de retenção de investimento e valor acrescentado. O enfoque da EDL está subordinado ao objetivo global de Desenvolvimento Territorial do Douro Verde, enquanto espaço Intermédio entre o Douro Urbano e o Douro Vinhateiro, tendo em vista a melhoria da qualidade de vida os residentes e a participação deste território no desenvolvimento regional e nacional. Assim, a intervenção, necessariamente multitemática e space based, centra-se nas questões da competitividade, da justiça social e espacial, do aproveitamento do capital natural e cultural, da cooperação e inovação e do desenvolvimento de lógicas de trabalho em rede.
Privilegia-se uma abordagem territorial integrada, cruzando os diferentes temas associados à valorização dos recursos diferenciados do Douro Verde, ainda que muito centrada na diversificação e sustentabilidade das economias locais e na criação do emprego. Os cinco desafios identificados pelo grupo de parceiros constituíram-se como estruturadores dos grandes eixos e objetivos que compõem a macro estratégia, bem como da focalização das principais áreas de intervenção. Assim, a Estratégia de Desenvolvimento Local de Base Comunitária DLBC Douro Verde 2020 vai ao encontro destas premissas, definindo os seguintes eixos orientadores da sua intervenção:
1. Douro Verde Inteligente
No âmbito deste eixo pretende-se prosseguir uma estratégia de ganho de competitividade territorial, passando naturalmente pela aposta no conhecimento, na investigação e na inovação direcionadas a atividades económicas capazes de gerar valor acrescentado.

Áreas de intervenção: Pequenos investimentos nas explorações agrícolas; Pequenos investimentos na transformação e comercialização; Diversificação de atividades na exploração; Cadeias curtas e mercados locais e Promoção de produtos locais de qualidade.

2. Douro Verde Inclusivo

A intervenção efetuada a partir deste eixo será orientada para a criação de emprego e capacitação dos atores locais, almejando um território socialmente dinâmico e coeso.

Áreas de intervenção: Promover o empreendedorismo, a criação do próprio emprego e de empresas por inativos ou desempregados; Apoio a investimentos para a criação do próprio emprego ou empresas para inativos ou desempregados que pretendam voltar ao mercado de trabalho e Apoio aos investimentos de expansão de pequenas e microempresas de base local ou a criação de novas empresas e pequenos negócios, na área da valorização e exploração de recursos endógenos, artesanato e economia verde, incluindo o desenvolvimento de empresas em viveiros de empresas.

3. Douro Verde Sustentável

No âmbito deste eixo pretende-se promover a preservação e valorização do capital natural e cultural do território, através de uma gestão ambiental mais eficiente, perspetivando-se ainda a intervenção em aldeias com notório potencial, onde estão enraizados saberes cuja preservação se impõe e ainda na valorização dos recursos endógenos, destacando-se os naturais, em especial em áreas de serra (Marão, Montemuro e Aboboreira) e encostas de rio (Douro e afluentes principais e subafluentes).

Áreas de intervenção: Renovação de aldeias (em territórios rurais); Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural.

4. Douro Verde em Rede

No âmbito deste eixo será promovido o espírito de cooperação e inovação, através do desenvolvimento de estratégias de cooperação temática e/ou territorial, da partilha de experiências e em especial boas práticas, de uma aproximação às universidades e de projetos participados para valorização dos recursos endógenos.

Áreas de intervenção: Integração em redes de cooperação e desenvolvimento de projetos nos domínios da melhoria da capacidade institucional, da integração das PME nos mercados, dos sistemas agroambientais, alimentação, capital simbólico, tecnologias e serviços do turismo (previstos na Estratégia de Especialização Inteligente RIS 3), da eficiência energética, da proteção e valorização do capital natural e cultural. Será dado enfoque a ações que contribuam para dar a conhecer a agricultura e os territórios rurais e para aprofundar o conhecimento no domínio das prioridades estabelecidas na EDL Douro Verde 2020.

5. Douro Verde Capacitado e Territorialmente Animado

As ações a implementar no âmbito deste eixo terão como finalidade a prossecução de uma gestão eficiente na implementação e execução da EDL, visando ainda a dinamização permanente da parceria local e o reforço de atividades de marketing territorial, tendo em vista a afirmação da identidade local.

Áreas de intervenção: Ações de qualificação e atualização de conhecimentos por parte da Equipa Técnica; Implementação de processos de capacitação/certificação da Dolmen, enquanto entidade gestora da DLBC, tendo em vista a gestão da parceria local; Ações de divulgação da execução e dos resultados da DLBC - Douro Verde 2020; Organização de eventos, que favoreçam o envolvimento da comunidade local; Organização de eventos de dinamização da parceria; Participação em eventos de cariz promocional, do território e dos produtos locais de qualidade; Participação em encontros que permitam o intercâmbio de experiências, designadamente no âmbito da rede nacional das ADL's Federação Minha Terra; Promoção/comercialização de produtos locais de qualidade; Promoção de ações que favoreçam o reconhecimento interno e externo do território Douro Verde; Apoio a edições bibliográficas, videográficas e/ou fonográficas, que contribuam para o alcance dos objetivos previstos na DLBC Douro Verde 2020 e Centro de Estudos do Mundo Rural, enquanto observatório de dinâmicas locais, sub-regionais e regionais.

Modelo de participação ativa dos atores territoriais relevantes e pertinentes para a boa implementação do Pacto

A metodologia de operacionalização e organização da parceria é da responsabilidade da Equipa Técnica, sob a orientação do Coordenador, cabendo-lhe a apresentação de propostas de atividades ao Órgão de Gestão que decidirá sobre a sua pertinência e aderência aos objetivos da EDL.
Serão envolvidos todos os elementos da parceria local assim como outros agentes de desenvolvimento cuja atividade ou representatividade seja relevante, sempre que possível com abertura à comunidade em geral, pretendendo-se que as atividades propostas sirvam para aferir os resultados que vão sendo obtidos, fazendo alguns ajustamentos de acordo com a pertinência.
As ações de animação e promoção do território obedecerão aos princípios definidos na EDL e têm como objetivo o prosseguir (e melhorar constantemente) os processos de gestão e animação da parceria capazes de promover o envolvimento útil e a capacitação dos atores locais como agentes de desenvolvimento.
Assim, na tipologia de ações de animação a organização de eventos, inclui-se a organização de reuniões e o intercâmbio entre as partes interessadas, com envolvimento de grupos comunitários e eventuais promotores de projetos, para debate de ideias e projetos e melhoria dos níveis de confiança, tendo em vista o reforço da capacidade de desenvolver ações individuais e coletivas.
Estas iniciativas defendem a ideia da unidade na diversidade, considerando cada um dos municípios e os vários contextos geográficos (muito marcados pela altitude e declive), centrando-se em temáticas diretamente relacionadas com o potencial existente, pretendendo-se dar visibilidade às potencialidades de base territorial, especialmente os saberes, sabores e sabores.
A divulgação da EDL constitui um fator crítico do seu sucesso como meio de autoestima, atratividade e promoção de valorização económica, o que tem levado a Dolmen, enquanto GAL, a desenvolver esforços no aprofundamento da comunicação, interna e externa. Nesse sentido, serão promovidas ações orientadas para o desenvolvimento de competências dos seus técnicos, o que se repercute no trabalho que estes desenvolvem para a comunidade local, seja em gabinete, seja em sessões de informação e de sensibilização, no apoio à aproximação dos cidadãos e organização da comunidade, aconselhamento individual ou coletivo e apoio ao desenvolvimento de ideias de negócios e ações de formação.
Como veículos de informação e por forma a todos terem acesso à mesma, a Dolmen valoriza o seu sítio na internet, onde divulga os eventos que promove e/ou em que participa, sendo aqui publicitadas todas as informações relevantes, relacionadas com a implementação da EDL, desde logo: Avisos de candidaturas; documentação; decisões (montantes aprovados/promotores/operações) e os resultados da execução da EDL.
São ainda utilizados outros meios de difusão da informação, como newsletter eletrónica que é difundida pelos seus cooperadores, parceiros, promotores, potenciais promotores e público em geral; notas de imprensa e redes sociais, com destaque para o Facebook.
Não obstante, a Dolmen presta apoio, através de esclarecimentos e informações, diretamente, a potenciais promotores, por contacto direto "cara-a-cara", correio eletrónico ou telefone, promovendo a proximidade ao território e às pessoas, na base da confiança que é estabelecida entre todos e que é fortemente valorizada, considerando a construção de um futuro melhor com todos e para todos.

Articulação da EDL com as EIDT NUTS III

Assume-se como essencial a articulação entre as estratégias do Douro Verde a CIM Tâmega e Sousa (vertida no PEDI e na ITI), cuja visão ambiciona promover "um território ambientalmente exemplar, uma economia dinâmica e uma comunidade coesa".
No âmbito desta estratégia da CIM é reconhecido o papel dos GAL, no caso concreto da Dolmen, para a implementação do plano de ação proposto, assente designadamente nos seguintes objetivos:
Defender a qualidade ambiental, preservando o património natural e reforçando a cobertura de serviços ambientais, associando-lhe a componente de valorização dos recursos naturais;
Incentivar a inovação e a competitividade da economia, em especial através do apoio e estímulo ao empreendedorismo, da valorização da economia agroflorestal e da promoção do conhecimento e inovação rural;
Promover o potencial turístico e cultural no contexto do Norte de Portugal, apostando no marketing territorial e na dinamização da oferta (promoção de eventos, valorização do capital cultural e natural e capacitação dos agentes);
Reforçar a inclusão social, a qualidade de vida e a coesão territorial, sublinhando-se neste ponto a importância do território Douro Verde para a coesão da CIM e a importância da intervenção em áreas como o microempreendedorismo e a reabilitação de aldeias. Neste contexto de parceria e articulação, será dada continuidade ao trabalho que a Dolmen tem vindo a desenvolver com a CIM Tâmega e Sousa,

nomeadamente no âmbito da Agenda Regional para a Empregabilidade - Pacto Territorial para a Empregabilidade, onde, a par da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte e da Adersousa, é responsável pela dinamização da fileira da Agricultura e Desenvolvimento Rural e pela Rede de Apoio à atividade económica e empreendedorismo.
Afigura-se portanto como evidente a necessidade da DLBC "Douro Verde 2020" concorrer para a valorização do capital (humano, natural e cultural) existente na região e que pela união de esforços, poderá contribuir para o seu reconhecimento externo e aumento de competitividade.
Entre as áreas de trabalho colaborativo, algumas merecem destaque.
Valorização do património natural.
A estratégia da CIM T&S estabelece a defesa da qualidade ambiental, na preservação do património natural e reforço da cobertura dos serviços ambientais, estando definida como uma das linhas centrais de atuação neste domínio a classificação da Serra da Aboboreira como Paisagem Protegida Regional. Para esse efeito foi já constituída uma comissão de acompanhamento composta pela Dolmen e CCDRN, DRAPN, DRCN, Municípios de Amarante, Baião e Marco de Canaveses, Faculdade de Ciências da Universidade do Porto e Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
O projeto mantem-se fiel à Estratégia de Eficiência Coletiva "Paisagens Milenares do Douro Verde", gerida pela Dolmen e à consideração de "O Património Natural e Cultural como fator de Desenvolvimento e Competitividade Territoriais no Baixo Tâmega". Por isso mantem-se como central o apoio a atividades agropecuárias, destacando-se a criação de gado, a produção de mel ou a produção de ervas aromáticas, atividades florestais e atividades turísticas e culturais, a que deveremos dar apoio no âmbito da DLBC, assim como a linha de atuação (2.10), associada ao estímulo à utilização multifuncional da floresta, perspetivando-se uma intervenção não apenas na Aboboreira mas também no Marão e Montemuro.
Mas falar-se de património natural no território Douro Verde obriga a considerar não apenas de serras mas também de rios, destacando-se o Douro e o Tâmega, devendo o seu potencial ser explorado, em termos ambientais e turísticos, assim como agrícolas (na cereja e laranja, por exemplo), sem esquecer as atividades náuticas e outros eventos (Ação 4.2 do PEDI).
Valorização do património cultural.
O património cultural na região tem vindo a ganhar notoriedade através do projeto supramunicipal Rota do Românico (Ação 4.4) que une todos os municípios É inquestionável a sua importância e o contributo que dá para o conhecimento da região, designadamente na dimensão turística, o que tem levado a Dolmen a estabelecer parcerias em várias atividades que importam à região.
Mas a cultura é também artesanato e outros elementos de património imaterial. Daí que se imponha a sua valorização até para evitar a sua extinção, dando-lhe novos usos, aliando-o a outros produtos com potencial de comercialização e acrescentando-lhe valor, tendo como fim último a geração de riqueza para o artesão e produtor (Ação 4.11).
Valorização dos produtos locais.
É sabido que entre os principais motivos que suscitam a visita a uma região se encontram incluídos, com cada vez mais força, a gastronomia e o vinho, assim como a paisagem, considerando-se como essencial a valorização do que é genuíno e único.
A riqueza e diversidade de produtos de valor e a sua especificidade, obrigam a uma melhor promoção como forma de alcançar a sua valorização. A Dolmen pretende fazê-lo através do apoio a: iniciativas de organização da produção e comercialização, na ótica dos mercados curtos de comercialização; investimento na transformação e comercialização, tendo em vista o aumento do valor acrescentado dos produtos e a melhoria do desempenho competitivo das unidades agroindustriais; promoção, com apoio ao branding e definição de estratégias de marketing, privilegiando-se a organização de produtores; legalização e certificação de produtos, como forma de proteger os valores associados a um produto.
Mas para além do apoio financeiro, a Dolmen atuará de forma proativa, em linha com o que tem sido a sua experiência, designadamente através da promoção e comercialização através da sua Rede de Centros de Promoção de Produtos Locais e da participação em certames de promoção do território.
Assume-se igualmente de grande importância, a aproximação e interação entre o rural e o urbano, tendo em atenção, designadamente, a proximidade da Área Metropolitana do Porto, mercado de extrema relevância e em franco crescimento de afluência turística. Daí que se afigure como medida a desenvolver pelos dois Grupos de Ação Local a localização de um espaço da Região do Douro, Tâmega e Sousa na Baixa do Porto, onde para além da comercialização de diversos produtos da região se possa promover o território, seja para investimento seja para uso turístico.
Neste domínio, é necessário favorecer a estruturação da oferta na sua multidisciplinaridade, conforme definido na Ação 4.3 em especial na articulação do património natural com o património cultural (material e imaterial). Neste domínio, os vales e as montanhas terão um papel essencial, merecendo referência especial os projetos "Aldeias de Portugal e "Aldeias de Altitude", assim como os que estão associados à valorização

da Serra da Aboboreira e o de desenvolvimento e ordenamento das margens do Douro entre Penafiel a Resende.

Programa de Ação e Investimentos

Programa de Ação

Eixos, objetivos estratégicos e específicos, e principais resultados a atingir

A estrutura do programa de ação da DLBC "Douro Verde 2020" da Dolmen é comportada por Eixos orientadores, que se desagregam em objetivos estratégicos e específicos, culminando nos principais resultados a atingir, designadamente: Eixo 1 - Douro Verde inteligente Objetivo estratégico - Promover um território inteligente e competitivo, alicerçando no conhecimento, investigação e inovação e numa atividade económica capaz de gerar valor acrescentado Objetivos específicos e principais resultados a atingir: 1.1 Pequenos apoios a investimentos nas explorações agrícolas; - Projetos apoiados 83; - Empregos criados através de projetos LEADER apoiados 9. 1.2 Apoio a investimentos na modernização de unidades de transformação e de comercialização de produtos agrícolas; - Projetos apoiados 10; - Empregos criados através de projetos LEADER apoiados 18. 1.3 Apoio na diversificação de atividades não agrícolas na exploração; - Projetos apoiados 10; - Empregos criados através de projetos LEADER apoiados 12. 1.4 Criação de circuitos curtos e mercados locais de proximidade; - Projetos apoiados 5; Empregos criados através de projetos LEADER apoiados 5. 1.5 Promoção de produtos de qualidade locais; - Projetos apoiados 7; - Empregos criados através de projetos LEADER apoiados 5; Projetos/beneficiários apoiados 1,10; Explorações ou Beneficiários com investimento apoiado em regimes de qualidade 0,10%. Eixo 2 - Douro Verde inclusivo Objetivo estratégico - Promover um território competitivo e dinamizador de investimentos na economia e na criação de emprego Objetivos específicos e principais resultados a tingir: 2.1 Promover o empreendedorismo, a criação do próprio emprego e de empresas por inativos ou desempregados; - Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego 73; Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego que permanecem 12 meses após o fim do apoio 50%. 2.2 Apoio a investimentos para a criação do próprio emprego ou empresas para inativos ou desempregados que pretendam voltar ao mercado de trabalho; - Empresas que beneficiam de apoio 24- Postos de trabalho criados 34. 2.3 Apoio aos investimentos de expansão de pequenas e microempresas de base local ou a criação de novas empresas e pequenos negócios, na área da valorização e exploração de recursos endógenos, artesanato e economia verde, incluindo o desenvolvimento de empresas em viveiros de empresas. - Empresas que beneficiam de apoio 19- Postos de trabalho criados 27. Eixo 3 - Douro Verde sustentável Objetivo estratégico - Promover uma gestão sustentável do território, com base na valorização do património natural e da paisagem rural Objetivos específicos e principais resultados a atingir: 3.1 Renovação de aldeias em territórios rurais; - Projetos apoiados 4; Empregos criados através de projetos LEADER apoiados 3. 3.2 Proteger, valorizar, conservar e promover o património histórico e cultural do território de elevado interesse turístico; - Aumento do número esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e atrações beneficiários de apoio 482; Dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros 150. 3.3 Valorizar e requalificar o património natural no apoio à criação de infraestruturas de visitação;- Aumento do número esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e atrações beneficiários de apoio 482; Dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros 150. Eixo 4 - Douro Verde em Rede Objetivo estratégico - Promover processos de cooperação e inovação, através do desenvolvimento de estratégias partilhadas e da cooperação com outras entidades. Objetivos específicos e principais resultados a atingir: 4.1 Reforço de projetos de cooperação no âmbito das Aldeias de Portugal; - Classificações de novas Aldeias 4; - GAL´s envolvidos em projetos de cooperação 15; - Atividades/eventos de dinamização nas Aldeias de Portugal 55. 4.2 Reforço do projeto PROVE; - Ações de promoção/divulgação 25; - Núcleos PROVE a constituir 2; - Produtores envolvidos nos núcleos 20; - Consumidores dos cabazes PROVE 180. 4.3 Reforço e ações de desenvolvimento inter-regional; - Promoção e participação em ações 10; - Parceiros envolvidos 10 4.4 Prolongamento e reforço e/ou criação de intercâmbios de informação e de investigação, troca de experiências e disseminação de boas práticas: GAL´s nacionais e estrangeiros envolvidos; - Grupos de Ação Local nacionais e estrangeiros 8; - Universidades, centros de investigação e outras instituições 10. Eixo 5 - Douro Verde Capacitação Institucional e Animação Territorial Objetivo estratégico - Garantir uma ETL - responsável pela promoção de processos de gestão e animação da parceria, na organização do envolvimento e capacitação dos atores locais. Objetivos específicos e os principais resultados a atingir: 5.1 Assegurar uma ETL empenhada e competente na dinamização da parceria

observando a implementação; - Postos trabalho mantidos 10; - Espaços físicos para um serviço de proximidade à comunidade local a manter 3; - Espaços físicos para um serviço de proximidade à comunidade local a criar 2; - Percentagem da População da CIM Tâmega e Sousa coberta pela ELD Douro Verde 2020 41%; - Percentagem da População do Norte coberta pela ELD Douro Verde 2020 4,8%; - Taxa de execução no fim do programa DLBC 95%. 5.2 Promoção do envolvimento de todos os parceiros: - Ações de aprofundamento e troca de conhecimento 25; - Ações conjuntas de promoção e valorização territorial 25. 5.3 Promoção de eventos, a desenvolver em parceria com os atores locais, com vista a valorização dos recursos endógenos; - Criação de eventos de dimensão regional 5; - Outros eventos promovidos em parceria 70; - Visitantes 100.000. 5.4 Promoção da marca Douro Verde; - Cobertura televisiva de iniciativas 20; - Centros de promoção de produtos locais criados/mantidos 5. Nesta linha de ideias, a estratégia "Douro Verde 2020" contribuirá ativamente para o desígnio a que se propõe, através do apoio à criação de emprego e autoemprego, à dinamização da atividade económica das empresas locais e à articulação e mobilização do capital público e privado, bem como da promoção de um contexto económico e social mais sustentável e atrativo ao investimento. A EDL propõe intervir nos domínios da coesão e inclusão e na conservação e valorização do património natural e cultural. A abordagem às questões da inclusão ativa orienta-se essencialmente para o desenvolvimento de iniciativas de mico empreendedorismo e de qualificação do capital humano, promovendo dessa forma uma melhoria das condições de empregabilidade e um reforço da coesão social. A intervenção sobre o património natural e cultural contribuirá para o reforço da sustentabilidade e resiliência do território e dos seus agentes, promovendo os recursos endógenos existentes numa lógica de criar valor acrescentado.

Definição da estratégia de desenvolvimento local

A definição da ELD no "Douro Verde 2020" assentará, designadamente, no apoio à criação de emprego, à dinamização da atividade económica das empresas locais e à articulação e mobilização do capital público e privado, bem como da promoção de um contexto económico e social mais sustentável e atrativo ao investimento. Paralelamente a esta focalização na criação de emprego, a EDL propõe-se intervir nos domínios da coesão e inclusão, e ainda na conservação e valorização do património natural e cultural. Nesta linha resulta um conjunto de ideias chave: A importância do desenvolvimento de estratégias de cooperação intermunicipal; O papel essencial que as associações de desenvolvimento local devem desempenhar, apostando nas pessoas e nas ações locais, para inverter a situação problemática dos territórios de baixa densidade; Importância do empreendedorismo vocacionado para o apoio a jovens inativos e desempregados, que queiram fixar-se no território (startups; incubadora de empresas); A importância da identidade territorial; O significado dos setores agrário, pecuário e florestal no desenvolvimento rural; A dimensão dos problemas de ocupação do território, no seu uso ativo e rentável, que permitem combater o esvaziamento progressivo dos espaços rurais; A relevância de problemas como o envelhecimento da população, baixa taxa de natalidade e dispersão populacional; A necessidade de inverter a imagem negativa (perda de prestígio e valor) que se abateu sobre o mundo rural, designadamente através da aposta na governança e na criação de estratégias de desenvolvimento integradas (centradas na formação da população e na criação de emprego); O peso social da agricultura e a consequente necessidade de dinamizar projetos integrados que promovam a sua valorização, considerando alterações no perfil agrícola; A importância da diversificação do mundo rural e da aposta numa maior capacidade de articulação com os mercados, numa lógica de produção de riqueza para estes territórios e para a sua população; A necessidade de encarar os problemas de desorganização produtiva e falta de escala para a comercialização de uma atividade agrícola que constitui, mais que nunca, uma oportunidade de desenvolvimento, tendo em consideração o interesse de uma população jovem e qualificada; A centralidade de temas como a certificação e distribuição dos produtos locais, considerando a criação de escala/dimensão (agrupamento de produtores) e a articulação da distribuição para grandes mercados com os circuitos curtos de comercialização para mercados de proximidade; A importância da aposta na valorização dos recursos endógenos; A necessidade de desenvolver estratégias que respondam a importantes défices de formação e qualificação do tecido económico local, designadamente no âmbito do turismo e restauração; A importância da aposta no turismo (e trabalho em rede) e da exploração de elementos diferenciadores, como os rios (Douro, Tâmega, Paiva, Bestança) e as serras (Aboboreira, Marão, Montemuro); A centralidade da qualidade e da conservação ambiental do ponto de vista do desenvolvimento; A importância de promover iniciativas de revitalização e reabilitação de aldeias, favorecendo a revitalização e sustentabilidade de aglomerados históricos e a qualidade de vida dos residentes; A importância dos espaços de proximidade para a qualidade de vida, pelo que o território tem de ser pensado primeiro para residentes e, por isso, depois, agradar aos visitantes; A necessidade de ligar rural e urbano, aproveitando um povoamento de encontro entre média densidade e baixa densidade, bem como a relação de proximidade entre cidades, vilas e aldeias. Para a prossecução dos referidos objetivos estratégicos e específicos a ELD – "Douro Verde 2020" definiu os eixos orientadores da sua intervenção descritos anteriormente. Com detalhe, de forma a possibilitar a mensurabilidade dos contributos do "Douro Verde 2020" para os resultados esperados na prossecução da ELD e garantindo uma permanente monitorização e avaliação do processo, foram definidos indicadores de resultado para todos os objetivos específicos. Apresentamos sucintamente alguns resultados esperados por fundo financiador: Com base no cenário financeiro assumido é expectável atingir os seguintes indicadores: FEADER (Empregos criados através de projetos LEADER apoiados: 52; Explorações ou Beneficiários com investimento apoiado em regimes de qualidade 0,1%; Aumento do número de visitantes esperados: 50%) FEDER (Postos de trabalho criados 61; Dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros: 300; Efeito Multiplicador do Investimento público no investimento Privado: 1,4) e FSE (Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego que permanecem 12 meses após o fim do apoio: 50%).

Investimentos, Ações e Metas

Prioridade de Investimento a Mobilizar	Fundo	Eixo/Medida do Programa Ação do Pacto	Indicador de Realização			Indicador de Resultado			Proposta de Dotação Fundo a Contratualizar
			Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	

99.M10 - LEADER	FEADER	Pequenos investimentos nas explorações agrícolas	Projetos apoiados	29,00	83,00	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	3,00	9,00	834 205,25€
99.M10 - LEADER	FEADER	Pequenos investimentos na transformação e comercialização	Projetos apoiados	4,00	10,00	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	6,00	18,00	680 710,84€
99.M10 - LEADER	FEADER	Diversificação de atividades na exploração	Projetos apoiados	3,00	10,00	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	4,00	12,00	816 501,86€
99.M10 - LEADER	FEADER	Cadeias curtas e mercados locais	Projetos apoiados	2,00	5,00	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	2,00	5,00	236 642,37€
99.M10 - LEADER	FEADER	Promoção de produtos de qualidade locais	Projetos apoiados	2,00	7,00	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	2,00	5,00	271 648,07€
99.M10 - LEADER	FEADER	Promoção de produtos de qualidade locais	Projetos/beneficiários apoiados	1,10	1,10	Explorações ou Beneficiários com investimento apoiado em regimes de qualidade	0,03	0,10	0,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Renovação de aldeias (em territórios rurais)	Projetos apoiados	1,00	4,00	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	1,00	3,00	315 523,16€

09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho	Empresas que beneficiam de apoio	5,00	24,00	Postos de trabalho criados	7,00	34,00	482 325,00€
09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	Projetos de investimento para a expansão de pequenas e microempresas existentes de base local ou para a criação de novas empresas e pequenos negócios, designadamente na área da valorização e exploração de recursos endógenos, do artesanato e da economia verde, incluindo o desenvolvimento de empresas em viveiros de empresas	Empresas que beneficiam de apoio	4,00	19,00	Postos de trabalho criados	5,00	27,00	385 860,00€

09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	Proteção, valorização, conservação e promoção do património histórico e cultural com elevado interesse turístico, incluindo em particular aquele que já é Património da Humanidade reconhecido pela UNESCO	Aumento do número esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e atrações beneficiários de apoio	121,00	482,00	Dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros	0,04	0,15	48 232,50€
09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	Criação e requalificação de infraestruturas de apoio à valorização e visitação de Áreas Classificadas, bem como outras áreas associadas à conservação de recursos naturais, incluindo sinalética, trilhos, estruturas de observação e de relação com a natureza, unidades de visitação e de apoio ao visitante, rotas temáticas, estruturas de informação, suportes de comunicação e divulgação	Aumento do número esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e atrações beneficiários de apoio	121,00	482,00	Dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros	0,04	0,15	48 232,50€

09.06 - Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FSE	Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego	44,00	73,00	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem 12 meses após o fim do apoio	40,00	50,00	1 607 750,00€

Outros Indicadores (Indicador base de PI e Indicadores complementares)

Prioridade de Investimento a Mobilizar	Fundo	Eixo/Medida do Programa Ação do Pacto	Indicador de Realização			Indicador de Resultado			Proposta de Dotação Fundo a Contratualizar
		Medida	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	
99.M10 - LEADER	FEADER	Diversificação de atividades na exploração				Camas disponibilizadas	26,00	75,00	0,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Cadeias curtas e mercados locais				Empregos mantidos através de projetos financiados	2,00	5,00	0,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Renovação de aldeias (em territórios rurais)				Aumento do número de visitantes esperados	18,00	50,00	0,00€
09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho				Efeito multiplicador do investimento público no investimento privado	0,80	1,40	0,00€

99.M10 - LEADER	FEADER	Pequenos investimentos nas explorações agrícolas	Número de explorações agrícolas apoiadas pelo apoio ao pequeno investimento	29,00	83,00				0,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Pequenos investimentos na transformação e comercialização	Número de unidades industriais apoiadas pelo apoio ao pequeno investimento	4,00	10,00				0,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Diversificação de atividades na exploração	Empresas apoiadas	4,00	10,00				0,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Cadeias curtas e mercados locais	Investimento	165650,00	473284,74				0,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Promoção de produtos de qualidade locais	Número de produtos locais incluídos em ações de promoção	7,00	20,00				0,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Promoção de produtos de qualidade locais				Explorações ou beneficiários com investimento apoiado em regimes de qualidade	0,03	0,10	0,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Renovação de aldeias (em territórios rurais)	Peso da despesa pública para apoio à renovação de aldeias	50,00	50,00				0,00€

99.M10 - LEADER	FEADER	Pequenos investimentos na transformação e comercialização				Explorações ou beneficiários apoiados na restruturação ou modernização	0,05	0,15	0,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Pequenos investimentos nas explorações agrícolas				Explorações ou beneficiários apoiados na restruturação ou modernização	0,35	1,00	0,00€
09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	Medidas FEDER	Nº Estratégias	1,00	1,00				0,00€

Total da Proposta de Contratualização por Fundo

Fundo	Valor
FEADER	3 155 231,55€
FEDER	964 650,00€
FSE	1 607 750,00€
Total	**5 727 631,55€**

Pressupostos

A definição das dotações e dos objetivos e dos resultados que são expectáveis alcançar partiu dos valores "fundo" comunicados (3.155.231,55€ FEADER, 964.650,00€ FEDER e 1.607.750,00€ FSE), tendo também em conta a experiência de realização e execução financeira da Dolmen no período de programação anterior, no âmbito do Subprograma 3 do PRODER, bem como as intenções de candidatura em carteira de potenciais beneficiários que pretendem investir nas medidas geridas pela Dolmen no âmbito do DLBC e ainda o histórico das candidaturas executadas nas ações 111 (Investimentos na transformação e comercialização) com apoio total de 1.069.494€ e 112 (pequenos investimentos na agricultura) com 226.904€ (cálculos nas freguesias pertencentes à atual candidatura), ajustando-se estes valores a uma procura crescente por essas medidas, principalmente na componente da transformação e comercialização, com base nas intenções de candidatura em carteira na Dolmen. Na diversificação de atividades na exploração a Dolmen possui histórico na antiga ação 3.1.1 do SP3 PRODER, tendo destinado igual valor. Nas medidas FEADER - cadeias curtas e mercados locais e promoção de produtos de qualidade locais - o orçamento previsto teve em conta a previsão de investimento pelas intenções em carteira. As premissas inerentes à regulamentação DLBC: mínimo 40% pequenos investimentos nas explorações agrícolas e na transformação e comercialização (foi ultrapassada em virtude da relevância estratégica dessas medidas para a nossa ELD); 10% máximo renovação de aldeias e património cultural e natural (usou-se o máximo). É de salientar que o investimento total na zona de intervenção da Dolmen no SP3 PRODER atingiu um valor de 19.275.145€, sem ter satisfeito a procura. Estes resultados permitem antever uma capacidade e dinâmicas de atração de investimento no nosso território significativas, contribuindo, o DLBC Rural Douro Verde, para alcançar os objetivos e metas propostas na ELD. O orçamento das medidas FEDER foi distribuído em função da grande capacidade de investimento por parte dos potenciais promotores do nosso território patente nas intenções de investimento, como do histórico de investimentos apoiados. A medida financiadora pelo fundo FSE absorve a verba deste mesmo fundo. As metas para 2018 são, em regra, 35% das previstas para 2023. A dinâmica e capacidade empreendedora e de investimento demonstrada no passado e a capacidade de gestão e de atração de investimento criadora de riqueza e de emprego ao longo da gestão de vários programas comunitários, de desenvolvimento local e regional, são um garante no alcançar das expectativas financeiras alocadas à proposta financeira apresentada na ELD Douro Verde 2020, esperando-se uma procura bastante superior às dotações disponíveis.

Realização para Áreas de Cooperação (DLBC Rurais e Costeiros)

A cooperação tem como objetivo geral promover processos colaborativos que fomentem a inovação, através do desenvolvimento de estratégias partilhadas e da cooperação com outras entidades ao nível interterritorial e transnacional, perspetivando-se o reforço e a criação de intercâmbios de informação e de investigação, troca de experiências e disseminação de boas práticas.
Os objetivos específicos a atingir são:
- Reforço dos projetos de cooperação no âmbito da valorização e preservação de núcleos rurais, dando continuidade ao projeto Aldeias de Portugal e alargando a outras temáticas como sejam as Aldeias de Altitude/Montanha;
- Reforço dos projetos no âmbito da criação de Circuitos Curtos de Comercialização, de que é exemplo o PROVE, equacionando uma adaptação da metodologia subjacente a este projeto, designadamente com o alargamento a outros produtos que não apenas os hortofrutícolas, favorecendo o estabelecimento de cadeias de escoamento dos produtos nos Mercados Locais e a integração de consumidores institucionais, designadamente IPSS, escolas, hotéis, restaurantes, entre outros.
- Reposicionamento do ativo Douro, estando integrado nos domínios dos Capital Simbólico, Tecnologias e Serviços do Turismo, da Estratégia Regional de Especialização Inteligente (RIS 3). Refira-se que o território Douro Verde é percorrido por cerca de 50 km do Douro, sendo responsável por mais de 50% da produção de energia hídrica nacional;
- Fomento do conceito Rurbano, assente numa lógica de aproximação de mercados, potenciando as sinergias resultantes do mundo rural e urbano, facilitando a interpenetração de ambos, quer se refira os pequenos centros urbanos, ao nível das sedes de concelho, quer os grandes centros urbanos, leia-se Área Metropolitana do Porto ou Norte da Galiza;
- Focalização no empreendedorismo em meio rural, nomeadamente através da fixação de novos povoadores, que tragam consigo novas formas de vida, desenvolvendo novos negócios, designadamente nas indústrias criativas;
- Integração em redes de cooperação e desenvolvimento de projetos nos domínios dos Sistemas Agroambientais e Alimentação, previstos na Estratégia Regional de Especialização Inteligente (RIS 3), assentes designadamente na lógica dos "bioterritórios", na valorização/promoção do vinho, na Dieta Mediterrânica reconhecida como Património Cultural Imaterial da Humanidade pela UNESCO, ou no desperdício alimentar;
- Promoção de ações que favoreçam a transferência do conhecimento orientadas para o fomento de projetos semente e spin-offs, tendo em vista a transformação de ideias inovadoras em iniciativas empresariais, com enfoque nos negócios das áreas da agricultura, agroindústria e turismo de natureza e de saúde e bem-estar, neste último essencialmente ao nível da estruturação da oferta;
- Promoção de ações de prospeção de novas abordagens na animação dos territórios rurais, designadamente nos territórios LEADER, nomeadamente ao nível dos modelos alternativos de gestão e animação do património rural.

Modelo de Governação

Modelo de Governação

Modelo de gestão e organização que assegure a prossecução da EDL com eficácia e eficiência, incluindo descrição

A cooperativa Dolmen é constituída pela Assembleia-Geral, o Conselho Fiscal e a Direção, tendo sido criado um Órgão de Gestão para a gestão, o acompanhamento e controlo da implementação da EDL, coordenando e assegurando a gestão técnica, administrativa e financeira do orçamento do GAL.
A implementação da EDL será, por analogia com o passado, assegurada pelo GAL, dotado de um Órgão de Gestão e de uma Estrutura Técnica Local (ETL).
À Equipa Técnica Local cabe a análise dos pedidos de apoio, análise dos pedidos de pagamento, realização de ações de acompanhamento e controlo das operações e as ações de animação do território.
Obedecendo a princípios de transparência, eficiência e accountability, na gestão e aplicação de fundos públicos, a Dolmen implementará mecanismos de monitorização e avaliação da Estratégia de Desenvolvimento Local de Base Comunitária Douro Verde 2020, com uma comissão de acompanhamento.
O Órgão de Gestão será composto por sete membros, designadamente, a EPAMAC – Escola Profissional Agrícola do Marco de Canaveses; ANCRA – Associação Nacional de Criadores de Gado de Raça Arouquesa; Câmara Municipal do Marco de Canaveses; Câmara Municipal de Resende; CERCIMARANTE, CRL; Associação de Desenvolvimento Regional Os Caminhos de Jacinto e a Dolmen, CRL, pretende-se assim,

que haja uma abrangência setorial, temática e geográfica, considerando representantes dos interesses socioeconómicos locais, de natureza pública e privada (estes em maior número que os primeiros) e que reflita a proporcionalidade estabelecida na parceria.
As deliberações do órgão de gestão são tomadas estando presente a maioria dos membros e encontrando-se os representantes privados em maioria.
A Estrutura Técnica Local (ETL), será composta pelo Coordenador e por 6 técnicos analistas, de acompanhamento e controlo.
Apresentam-se, de seguida as competências adstritas a cada elemento da Estrutura Técnica Local, sendo orientadas pelo princípio inequívoco, da segregação de funções e mecanismos de prevenção de conflitos de interesses e de redução do risco de fraude, nomeadamente entre quem analisa, quem acompanha e quem decide, sobre os pedidos de apoio. É, ainda, de salientar que o grau de adequação do modelo de governação e da equipa técnica será definido à luz do que vier a ser contratualizado (competências, dotações, tipologias de operações e metas dos indicadores) e das regras que vierem a ser definidas pelos sistemas de gestão e controlo da Autoridade de Gestão, nomeadamente no que respeita à segregação de funções e mecanismos de prevenção de conflitos de interesses.
Órgão de gestão:
-Garantir, de forma eficiente e eficaz, a dinamização e gestão da ELD;
-Assegurar a participação dos parceiros locais na implementação, no acompanhamento e na avaliação da estratégia definida e, se necessário, proceder a alterações de forma a alcançar os objetivos propostos;
-Assegurar os meios humanos, financeiros e materiais indispensáveis à boa execução da ELD;
-Assegurar a segregação de funções na estrutura orgânica da ETL, nomeadamente entre a análise dos pedidos de apoio e a análise dos pedidos de pagamento;
-Decidir, com base nos pareceres emitidos pela ETL, sobre os pedidos de apoio apresentados;
-Coordenar e assegurar a gestão técnica, administrativa e financeira do orçamento do GAL e dos fundos públicos colocados à sua disposição;
-Representar o GAL junto das autoridades nacionais e comunitárias;
Coordenador:
-Garantir que todas as diretrizes e políticas estão a ser implementadas por todos os elementos de todos os departamentos;
-Gerir os recursos humanos;
-Interlocutor com Entidades Externas;
-Coordenar as equipas;
-Coordenar os programas e projetos;
-Validar documentação emitida pela organização;
-Validar pareceres técnicos dos pedidos de apoio;
-Validar de pedidos de pagamento/ reembolsos;
-Coordenação técnica e gestão de recursos humanos e financeiros;
-Interligação entre a equipa técnica e a Direção e o Órgão de Gestão e assegurar o cumprimento das decisões aí emanadas.
-Dinamização da Parceria | Animação do Território | Capacitação | Promoção do Capital Social | Facilitação de sinergias
Técnico analista:
-Formatar regulamentos e formulários de candidatura;
-Rececionar candidaturas;
-Analisar candidaturas;
-Efetuar a interligação com os promotores;
-Emitir pareceres técnicos sobre a admissibilidade e o mérito dos pedidos de apoio.
Técnico de acompanhamento e controlo:
-Acompanhar a execução física;
-Analisar os pedidos de pagamento;
-Verificar as condições contratuais;
-Efetuar a interlocução com o promotor;
-Efetuar a avaliação ex-post.

Mecanismos de acompanhamento e avaliação, que garantam a monitorização e reajustamentos à EDL, tendo em vista os resultados contratualizados

Enquanto cooperativa, a Dolmen é constituída pelos seguintes órgãos sociais: a Assembleia-Geral no âmbito

da qual são decididas as estratégias de atuação da Dolmen, desde logo através da aprovação do Plano de Atividades Anual, o Conselho Fiscal que controla e fiscaliza e a Direção que é o órgão executivo da cooperativa.
Para efeitos da execução da EDL, e em linha de continuidade com o que tem sido a experiência da Dolmen, caberá ao Órgão de Gestão zelar pela sua implementação, indo de encontro aos objetivos e metas pré-definidos.
No que respeita ao acompanhamento processual, e fruto da experiência acumulada na gestão de diversos programas nacionais e comunitários, este Grupo de Ação Local tem vindo a elevar o nível de exigência, encetando uma política de avaliação interna contínua a que pretende somar uma avaliação externa.
Avaliação ex-ante:
No âmbito da elaboração da macro estratégia procedeu-se a uma avaliação ex-ante, tendo sido efetuadas reuniões bilaterais, realizadas com os responsáveis de cada município, assim como com os responsáveis da CIM Tâmega e Sousa.
Os parceiros foram igualmente consultados bem como auscultada a população em geral, através de encontros temáticos, pelos vários municípios e ainda através de fichas de intenção de investimento recolhidas desde o fecho do último concurso no âmbito do PRODER.
Avaliação on-going
Na fase da execução e implementação da EDL serão adotados diferentes mecanismos que permitirão efetuar a sua avaliação e monitorização.
Assim num 1.º nível esta avaliação deverá ser efetuada pela equipa técnica, a quem cabe a responsabilidade do acompanhamento de cada projeto, assim como o acompanhamento das diversas ações de animação do território, que o GAL implemente.
No que se refere ao acompanhamento dos projetos, esta avaliação é efetuada através de ações de controlo in loco, devendo ser efetuadas, no mínimo três por cada projeto (no início, a meio e na sua conclusão), incidindo nomeadamente sobre a verificação dos dossiers, aferindo a sua atualização, verificação da adequação do projeto aos objetivos e das regras relativas à informação e publicitação das ajudas, assim como das metodologias e investigação-ação e de participação.
Mas para além dos controlos in loco que decorrem no tempo de execução do investimento, poderão igualmente ser realizados após a sua conclusão, assim como também são solicitados relatórios de evolução da atividade, com caráter periódico, controlando-se desde logo a criação e/ou manutenção dos postos de trabalho, receitas obtidas e variações do VAB, entre outros elementos.
Das ações de acompanhamento são realizados os respetivos relatórios, cuja validação é efetuada pelo Coordenador, a quem caberá propor ações de melhoria e ajustamentos, sujeitos à decisão do Órgão de Gestão.
À semelhança da experiência tida no anterior programa PRODER, com resultados excelentes a nível da execução e acompanhamento, o GAL Dolmen terá um sistema próprio de monitorização e avaliação assente numa ferramenta aberta do tipo folha de cálculo que permitirá incorporar os planos financeiros e os diversos indicadores estabelecidos bem como recolher e registar informação diariamente ao nível do projeto/operação.
A informação começa a ser registada a partir do momento da receção da candidatura e colocada num ficheiro individual, do técnico responsável pela mesma, que estando situado no seu computador, não depende de um servidor ou qualquer ligação à internet. O técnico vai sendo incentivado a manter o ficheiro atualizado em especial pelas facilidades que este lhe proporciona como sejam a validação de dados, contagem de prazos e emissão automática de alertas por cores e texto, base de informação para mailling e ofícios, reportes automáticos para o coordenador e supervisor do sistema, aplicação de filtros e extrações específicas por qualquer ou quaisquer itens desta base de dados, transposição facilitada da informação para as plataformas online das Autoridades de Gestão dos programas ou Rede Rural Nacional, etc.
Os ficheiros individuais alimentam automaticamente um ficheiro global que permite monitorar toda a informação no seu conjunto. Com a informação atualizada é possível, a qualquer momento, extrair pontos de situação para uso interno ou fornecer às Autoridades de Gestão, parceiros e comunicação social, bem como obter taxas de comprometimento e execução em tempo real estatísticas por medida/ação e/ou unidade territorial que podem com facilidade ser representadas graficamente. A utilização da ferramenta aberta permite a construção progressiva da base de dados podendo efetuar-se os ajustamentos que no dia a dia se revelem pertinentes potenciando assim a cabal resposta aos diferentes pedidos e necessidades que forem surgindo. Com as devidas cópias de segurança, acumula ainda a vantagem de constituir um excelente banco de informação para o período pós-encerramento do programa sustentando uma boa base para a avaliação ex-post.
Num 2.º nível, as ações de acompanhamento e controlo in loco poderão ser realizadas pelos elementos do Órgão de Gestão, enquanto representantes da parceria local.

Num 3.º nível a avaliação será efetuada por uma Comissão de Acompanhamento, a quem competirá monitorizar a DLBC, analisar todas as questões suscetíveis de afetar o seu desempenho e avaliar a execução e os progressos efetuados na realização dos seus objetivos, em conformidade com os quadros institucionais, legais e financeiros estabelecidos, permitindo uma análise da territorialização das políticas e dos seus efeitos, a partir da DLBC.
Esta comissão será responsável pelo dispositivo de monitorização (designadamente através da verificação do cumprimento dos indicadores de realização e resultado propostos) e emitirá pareceres sobre os trabalhos desenvolvidos sempre que tal se justifique, devendo ainda validar ações de comunicação ou disseminação de resultados.
Esta Comissão de Acompanhamento deverá incorporar representantes dos municípios, representantes de instituições de ensino superior, representantes da CIM Tâmega e Sousa e representantes dos parceiros económicos e sociais.
Da monitorização efetuada, serão elaborados relatórios, com a periodicidade semestral, podendo ser apresentadas propostas de ações de melhoria, a serem analisadas em sede do Órgão de Gestão, agindo em conformidade, encaminhando para os restantes órgãos sociais. Em 2017 e 2019 os relatórios serão devidamente ajustados às necessidades que estas avaliações intercalares exigirem.

Documentos

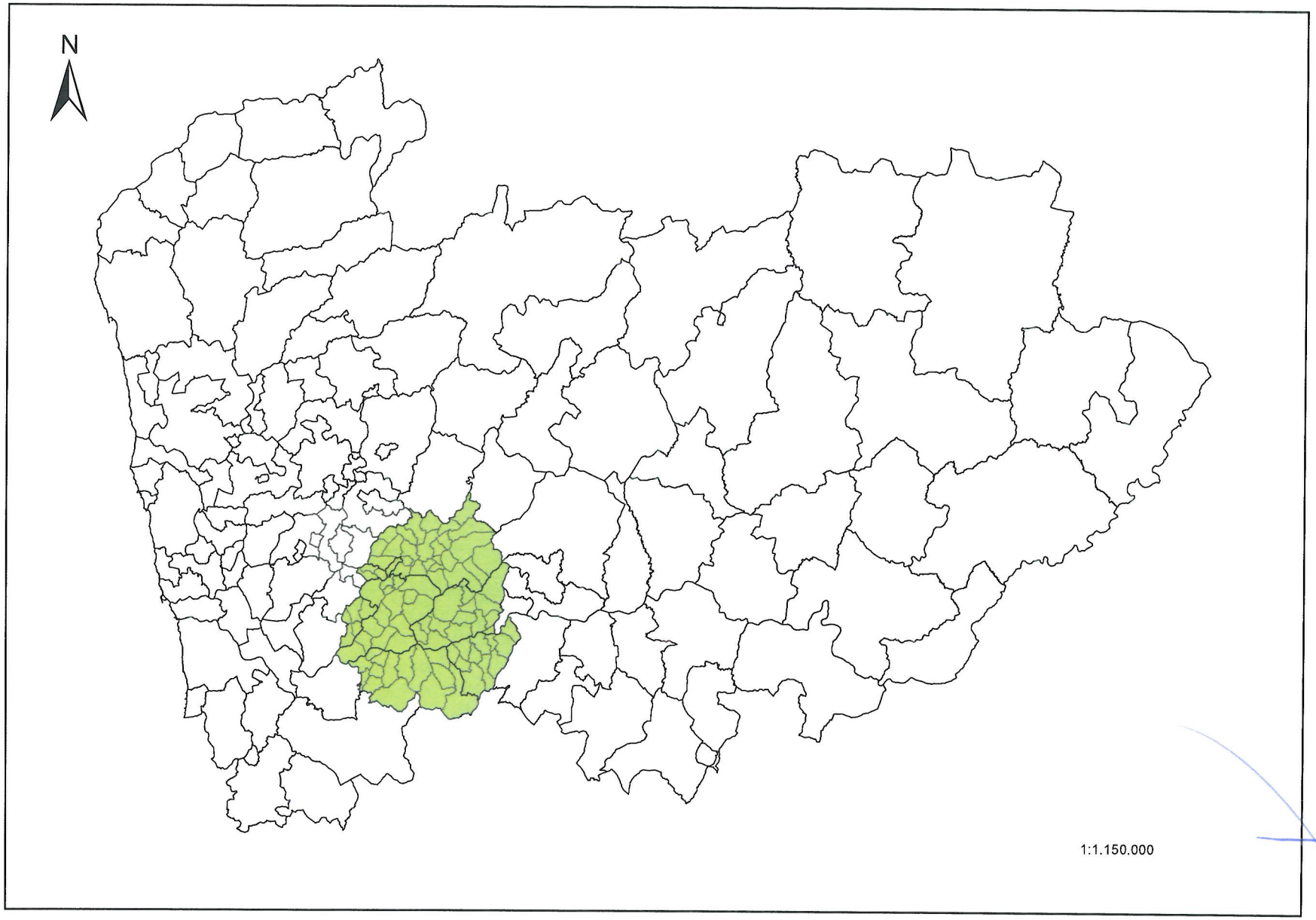
Tipo	Nome	Data	Utilizador
Órgão de Gestão e da Estrutura Técnica Local	02_ComposicaoOrgaodeGestao +EstruturaTecnica Local.pdf	27/07/2015 16:10	189212217
Protocolo de parceria	01_ProtocoloParceria.pdf	27/07/2015 16:10	189212217
Comprovativo	Comprovativo da Candidatura DLBC 2ªFase DLBC-99-2015-02-081.pdf	30/09/2015 12:50	
Outros	04_Indicadores_FSE+FEDER.pdf	11/12/2015 16:30	502973544
Comprovativo	Comprovativo da Candidatura DLBC 2ªFase DLBC-99-2015-02-081.pdf	27/07/2015 17:01	189212217
Outros	03_MatrizEnquadramentoLogico_MEL _DLBC_DOLMEN.pdf	27/07/2015 16:11	189212217

Resumo dos Dados:

Nome Beneficiário	DOLMEN-COOPERATIVA DE FORMAÇÃO,EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO BAIXO TAMEGA CRL	NIF	502973544
Submetido por	JOAQUIM CELSO OLIVEIRA MONTEIRO	NIF	189212217
Data de Submissão	14-12-2015		

ANEXO 2

DLBC RURAL: GAL DOLMEN



Território de Intervenção - DOLMEN

Concelho	Freguesia	N.º Residentes Habitações
AMARANTE	Ansiães	623
	Candemil	771
	Fregim	2836
	Fridão	863
	Gondar	1686
	Jazente	542
	Lomba	793
	Louredo	638
	Lufrei	1777
	Mancelos	3114
	Padronelo	884
	Rebordelo	365
	Salvador do Monte	1066
	Gouveia (São Simão)	633
	Telães	4226
	Travanca	2278
	Vila Caiz	3026
	Vila Chã do Marão	940
	União das freguesias de Aboadela, Sanche e Várzea	1675
	União das freguesias de Bustelo, Carneiro e Carvalho de Rei	1019
	União das freguesias de Figueiró (Santiago e Santa Cristina)	3828
	União das freguesias de Freixo de Cima e de Baixo	3643
	União das freguesias de Olo e Canadelo	492
	União das freguesias de Real, Ataíde e Oliveira	5006
	União das freguesias de Vila Garcia, Aboim e Chapa	1700
BAIÃO	Frende	656
	Gestaçô	1263
	Gove	1974
	Grilo	590
	Loivos do Monte	373
	Santa Marinha do Zêzere	2789
	Valadares	844
	Viariz	520
	União das freguesias de Ancede e Ribadouro	2836
	União das freguesias de Baião (Santa Leocádia) e	855

Concelho	Freguesia	N.º Residentes Habitações
	Mesquinhata	
	União das freguesias de Campelo e Ovil	3938
	União das freguesias de Loivos da Ribeira e Tresouras	853
	União das freguesias de Santa Cruz do Douro e São Tomé de Covelas	2085
	União das freguesias de Teixeira e Teixeiró	946
MARCO DE CANAVESES	Banho e Carvalhosa	1276
	Constance	1626
	Soalhães	3682
	Sobretâmega	1132
	Tabuado	1375
	Vila Boa do Bispo	3240
	Alpendorada, Várzea e Torrão	8485
	Avessadas e Rosém	1467
	Bem Viver	3877
	Livração	2083
	Paredes de Viadores e Manhuncelos	1775
	Penhalonga e Paços de Gaiolo	2924
	Sande e São Lourenço	2869
	Várzea, Aliviada e Folhada	2771
	Vila Boa de Quires e Maureles	3854
PENAFIEL	Abragão	2341
	Boelhe	1642
	Perozelo	1346
	Rio de Moinhos	2886
	Luzim e Vila Cova	1640
CINFÃES	Cinfães	3395
	Espadanedo	1318
	Ferreiros de Tendais	695
	Fornelos	703
	Moimenta	408
	Nespereira	1977
	Oliveira do Douro	1529
	Santiago de Piães	1797
	São Cristóvão de Nogueira	1930
	Souselo	3202
	Tarouquela	1242
	Tendais	807

Concelho	Freguesia	N.º Residentes Habitações
	Travanca	829
	União das freguesias de Alhães, Bustelo, Gralheira e Ramires	595
RESENDE	Barrô	744
	Cárquere	854
	Paus	528
	Resende	3166
	São Cipriano	771
	São João de Fontoura	700
	São Martinho de Mouros	1495
	União das freguesias de Anreade e São Romão de Aregos	1471
	União das freguesias de Felgueiras e Feirão	436
	União das freguesias de Freigil e Miomães	790
	União das freguesias de Ovadas e Panchorra	409
	Total População DOLMEN	**149 028**

ANEXO 3

Investimento, Ações e Metas: DLBC Rural 99-2015-02-081 – DOLMEN

PI	Fundo	Eixo/Medida	Indicador de Realização			Indicador de Resultado			Dotação Fundo a Contratualizar
			Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	
9.6	FSE	**8iii** b) Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho.	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego	44	73	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem 12 meses após o fim do apoio	40%	50%	1 607 750,00
								Total FSE	**1 607 750,00**
9.10	FEDER	**8a** b) Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho.	Empresas que beneficiam de apoio	5	24	Postos de trabalho criados	7	34	482 325,00
	FEDER	**8a** g) Projetos de investimento para a expansão de pequenas e microempresas existentes de base local ou para a criação de novas empresas e pequenos negócios, designadamente na área da valorização e exploração de recursos endógenos, do artesanato e da economia verde, incluindo o desenvolvimento de empresas em viveiros de empresas.	Empresas que beneficiam de apoio	4	19	Postos de trabalho criados	5	27	385 860,00
	FEDER	**6c** a) Património Cultural: ii) Proteção, valorização, conservação e promoção do património histórico e cultural com elevado interesse turístico, incluindo em particular aquele que já é Património da Humanidade reconhecido pela UNESCO.	Aumento do número esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e atrações beneficiários de apoio	121	482	Dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros	38	150	48 232,50
	FEDER	**6c** b) Património Natural: i) Criação e requalificação de infraestruturas de apoio à valorização e visitação de Áreas classificadas, bem como outras áreas associadas à conservação de recursos naturais, incluindo sinalética, trilhos, estruturas de observação e de relação com a natureza, unidades de visitação e de apoio ao visitante, rotas temáticas, estruturas de informação, suportes de comunicação e divulgação.	Aumento do número esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e atrações beneficiários de apoio	121	482	Dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros	38	150	48 232,50
	FEDER		Nº Estratégias	1	1	Efeito Multiplicador do Investimento público no investimento Privado	0,8	1,4	-
								Total FEDER	**964 650,00**
								Total	**2 572 400,00**

Quantificação das metas dos indicadores de desempenho do contrato (realização e resultado) para 2018 e 2023

DOLMEN - COOPERATIVA DE FORMAÇÃO,EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO BAIXO TAMEGA CRL

Indicadores Investimento													
PO	PI/ Medida	Fundo	Tipologia	Indicador de realização				Indicador de resultado					Dotação FUNDO a contratar
				Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Unidade medição	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Unidade medição		
PDR2020	99.M10	FEADER	Regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas	Projetos apoiados	29	83		Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	3	9			834 205,25
PDR2020	99.M10	FEADER	Pequenos investimentos na transformação e comercialização	Projetos apoiados	4	9,8		Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	6	18			680 710,84
PDR2020	99.M10	FEADER	Diversificação de atividades na exploração	Projetos apoiados	3	10,4		Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	4	12			816 501,86
PDR2020	99.M10	FEADER	Cadeias curtas e mercados locais	Projetos apoiados	2	4,9		Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	2	5			236 642,37
PDR2020	99.M10	FEADER	Promoção de produtos de qualidade locais	Projetos apoiados	2	6,8		Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	2	5			271 648,07
PDR2020	99.M10	FEADER	Renovação de aldeias	Projetos apoiados	1	4		Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	1	3			315 523,16
PDR2020	99.M10	FEADER	Regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas					Explorações ou Beneficiários apoiados, na restruturação	23	66,4			
PDR2020	99.M10	FEADER	Pequenos investimentos na transformação e comercialização					Beneficiários apoiados, na modernização	3	9,8			
PDR2020	99.M10	FEADER	Diversificação de atividades na exploração					Explorações ou Beneficiários apoiados	4	10,4			
PDR2020	99.M10	FEADER	Cadeias curtas e mercados locais					Beneficiários apoiados	1	3,92			
PDR2020	99.M10	FEADER	Promoção de produtos de qualidade locais					Beneficiários apoiados	2	6,1818182			
PDR2020	99.M10	FEADER	Renovação de aldeias					Beneficiários apoiados	1	3,5			
												Total	3 155 231,55